VERA JEANI MARTINS FERREIRA

PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO:

o olhar de quem viveu

São Luis
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

VERA JEANI MARTINS FERREIRA

PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO:

o olhar de quem viveu

São Luis
2005

VERA JEANI MARTINS FERREIRA

PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO:

o olhar de quem viveu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profª Dra Maria Ozanira da Silva e Silva

São Luis
2005

VERA JEANI MARTINS FERREIRA

PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO:

o olhar de quem viveu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em ___/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª Dra Maria Ozanira da Silva e Silva (Orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

_____

Profª Dra Alba Maria Pinho de Carvalho
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Ceará

_____

Profª Drª Valéria Ferreira Santos Almada Lima
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Para a minha irmã e madrinha, Vânia, testemunha e incentivadora dos meus projetos e cujo desvelado amor de mãe me deixa mais segura para viver a vida.

AGRADECIMENTOS

Não é possível realizar um trabalho desta natureza sem contar com diversas pessoas. Umas que ajudam no trabalho, outras que apóiam, outras que torcem, cada uma tão imprescindível quanto a outra. E para essas pessoas eu dedico a minha mais profunda gratidão.

Em especial e em primeiro lugar agradeço a Deus, Senhor e pastor de todas as coisas, em quem deposito a minha fé e confiança, e a certeza de que sem Ele nada disto seria possível.

Expresso os meus agradecimentos:

Aos meus pais, Joaquim e Dilú, trabalhadores incansáveis, com os quais aprendi a lição de que a melhor herança para deixar para os filhos é a educação.

Aos meus irmãos, Orlando, Vânia, Vanda, Virginia, Vilma, e Joaquim, pelo amparo e pela torcida em todos os momentos da minha vida.

A amiga Maria de Fátima da Costa Gonçalves, que me guiou nos meus primeiros passos rumo ao mestrado em Políticas Públicas, além de ter me dado inúmeras pistas teóricas durante todo o meu trajeto.

A amiga Maria do Socorro Alves de Sousa por me ensinar com o seu jeito simples e manso os percursos no ofício da pesquisa, pelas longas e agradáveis tardes em conversas sobre as Ciências Sociais, e pela paciência nos momentos de orientação.

A minha orientadora, a professora Dra. Maria Ozanira da Silva e Silva, pela orientação segura, pela disponibilidade com que sempre se colocou para ajudar-me, e especialmente pelo respeito que demonstrou pelo meu estilo.

A professora Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho, cuja condução apaixonada e apaixonante da disciplina Laboratório de Pesquisa e nos Seminários de dissertação, foram fundamentais para a realização deste trabalho na forma que ele se apresenta.

Aos meus colegas mestrandos e doutorandos.

As amigas para sempre, Jacira, Valdira e Zaira sinceras companheiras e cúmplices de todas as horas nesses longos 24 meses, com as quais compartilhei as mesmas angústias e alegrias. Em especial, Valdira Barros, com quem nos últimos 5 meses, convivi diariamente, durante o tempo de elaboração dos textos. Presença amiga imprescindível, com quem troquei idéias e receitas, e embaladas pelo Reggae fomos consolidando os nossos trabalhos.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas: “Dona” Izabel, Babi, Julinho e Célia.

Aos meus colegas da Companhia Vale do Rio Doce pelo apoio e compreensão nas minhas ausências. Com especial destaque para Alba Valéria Santos que não teve dúvidas para liberar-me para cursar o mestrado, João Francisco de Menezes Neto que sempre apoiou e estimulou.

Para as amigas de todas as horas: Priscila Lopes, Janaina Oliveira, Alessandra Silva, Karla Santos, Marylane Martins, cuja certeza da presença e do convívio diário na CVRD, deixam os meus dias mais felizes, e com quem contei durante todo esse tempo, como um verdadeiro time, para me substituir nos momentos em que não foi possível conciliar as duas coisas.

À Amanda Simões e Cristiane Mota.

Ao amigo Cícero Silva, que com o seu jeito peculiar de ver o mundo, estimulou-me com novas idéias, e com quem pude ter agradáveis e ricas conversas

no último ano. Além dele ter conseguido um rico material que serviu como pesquisa documental sobre o Programa.

Aos entrevistados que me deixaram entrar em suas vidas de forma tão receptiva e que confiaram que eu faria bom uso de suas palavras. Espero não os ter decepcionado.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

Art. XXIII - 1. Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

"Que proveito tem o trabalhador naquilo em que trabalha? Tenho visto o trabalho que Deus deu aos filhos dos homens para com ele os exercitar. Tudo fez formoso em seu tempo; também pôs o mundo no coração do homem, sem que este possa descobrir a obra que Deus fez desde o princípio até o fim. Já tenho entendido que não há coisa melhor para eles do que alegrar-se e fazer bem na sua vida; E também que todo o homem coma e beba e goze do bem de todo o seu trabalho;isto é um dom de Deus".

Eclesiastes, 3: 9; 13

RESUMO

Análise dos significados sociais do Programa Primeiro Emprego a partir do ponto de vista dos seus participantes numa dupla perspectiva, a partir da perspectiva subjetiva e da perspectiva objetiva da experiência, no município de São Luís desde o seu lançamento, em 1995, até 2003. Retomo, para tal análise, o atual momento do capitalismo no mundo e seus rebatimentos no Brasil, especificamente no que se refere às transformações ocorridas no mundo do trabalho, qual seja, a vulnerabilidade do trabalho expressa não só no desemprego, mas também na informalidade e na precariedade, tendo os jovens como uma das categorias mais atingidas, bem como as mudanças ocorridas no conteúdo das políticas públicas como forma de enfrentamento destas questões. Além de traçar um perfil das configurações do mercado de trabalho no Maranhão e o surgimento, neste cenário, deste Programa.

Palavras chaves: Significados sociais. Trabalho. Juventude. Políticas Públicas de Trabalho. Programa Primeiro Emprego.

ABSTRACT

The analysis of the social meanings of the *Programa Primeiro Emprego* (Program First Job) from the point of view of its participants in a double perspective; from the subjective perspective and the objective perspective of the experience, in the city of São Luís since its launching in 1995, until 2003. I take, for such analysis, the present moment of capitalism in the world and its bouncing in Brazil, specifically in what the changes which took place in the job market are concerned, being those the vulnerability of work expressed not only in the unemployment, but also in the informality and unreliability, being the young one of the most affected categories, as well as the changes occurred in the context of the public policies as a way of facing these issues. Besides tracing a profile of the configurations of the job market in Maranhão and the establishment, at this scenery, of this Program.

Keywords: Social Meanings. Work. Young. Public Policies. Program First Job.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 Percurso Metodológico: o passo a passo da pesquisa 16

1.1.1 Os primeiros contatos com o tema 16

1.1.2 A construção do objeto 19

1.1.3 A coleta e a análise das informações e a construção dos dados 20

1.2 Apresentando o Trabalho 25

2 AS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO: A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL 27

2.1 O Brasil nos Circuitos da Mundialização 27

2.2 A Vulnerabilidade do Trabalho e o Drama Juvenil: os desafios de inserção no mercado de trabalho 32

2.3 O Trabalho na Ótica das Políticas Públicas: (im)possibilidades das políticas públicas de trabalho e renda. O que de fato está em questão? 36

3 CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO MARANHÃO E O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO 40

3.1 Configurações do Mercado de Trabalho no Maranhão na contemporaneidade 40

3.2 Caracterização do *Programa Primeiro Emprego* 43

4 A EXPERIÊNCIA COM O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO: PARA ALÉM DO QUE FOI DITO 49

4.1 Os sujeitos nas suas teias de relações 49

4.1.1 Origem e relações familiares 52

4.1.2 Gostos e Distinções – O que os aproxima? O que os distancia? 56

4.2 O olhar de quem viveu o Programa: sentidos e significados 61

4.2.1 Breves trilhas para melhor compreender 62

4.2.2 Sobre os significados da experiência: “Me deram a oportunidade pela primeira vez de trabalhar” 65

4.2.3 Sobre condições de trabalho e o desafio da inserção: “É certo que não é um trabalho muito bom, mas tive essa oportunidade e tô segurando” 73

4.2.4 Sobre educação e qualificação: “nunca mais deu para eu conciliar estudo com trabalho” 82

5 CONCLUSÃO 92

REFERÊNCIAS 97

1 INTRODUÇÃO[1]

Em 04 de julho de 1995 a então governadora do Estado do Maranhão Roseana Sarney[2] institui o Programa Primeiro Emprego que consistiu em uma articulação entre o Governo do Estado através, inicialmente, da SOLECIT – Secretaria de Solidariedade, Cidadania e Trabalho, depois chamada de GDS - Gerência de Desenvolvimento Social[3] e o setor empresarial juntamente com a sociedade civil, visando viabilizar experiência profissional a adolescentes de 16 a 17 anos e jovens de 18 a 30 anos.

Á GDS – Gerência de Desenvolvimento Social coube a responsabilidade na concessão de uma bolsa de estágio de 90 (noventa dias), no valor de um salário mínimo para os jovens cuja jornada de trabalho seria de 44 horas semanais e de meio salário mínimo para os adolescentes com uma jornada de trabalho de 24 horas semanais. Ao setor empresarial coube disponibilizar a vaga para estágio e o vale - transporte durante o estágio.

O lançamento deste Programa tem como justificativa oficial para a sua implantação, informações do SINE[4] - MA do ano de 1994 de que as razões da recusa na contratação de jovens se deve à falta de experiência anterior comprovada.

O Programa Primeiro Emprego está situado em um contexto socioeconômico onde as políticas de geração de emprego e renda ganham novas

---

[1]Fiz a opção por escrever este trabalho em primeira pessoa, pela necessidade de demarcar o lugar de onde fala o pesquisador. “para sublinhar que o trabalho científico não é anônimo, nem imparcial mas tem autoria e, assim, posição demarcada no próprio campo científico.” (GONÇALVES, 2003, p.15).

[2]A atual senadora licenciada Roseana Sarney foi governadora do Estado do Maranhão no período de 1994 a 1998, e foi reeleita para um novo período que durou de 1998 a 2001, quando se desimcompatibilizou do Governo do Estado para se candidatar para o cargo de Senadora.

[3]A mudança do nome desta secretaria para Gerência de Desenvolvimento Social (GDS), ocorreu em 1997 com a reforma do Estado. Optei por utilizar a nomenclatura GDS, por ter sido esta a denominação que mais aparece nos documentos conseguidos na pesquisa documental. Atualmente se chama SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social.

[4] Serviço Nacional do Emprego.

feições. De fato, em virtude das alterações ocorridas no mercado de trabalho mundial a partir de 1970, e no mercado brasileiro a partir dos primeiros anos da década de 1990, houve alteração na concepção das políticas de emprego no país. Atualmente, estas, buscam incluir parcelas da população que se encontram excluídas do mercado de trabalho que se configura com um caráter cada vez mais restritivo. Os jovens em busca de seu primeiro emprego constituem-se em uma das parcelas mais excluídas neste processo. A situação se agrava ainda mais para os jovens pobres com baixa escolaridade não só em termos de anos de estudo como também em termos da qualidade do ensino.

Diante do cenário de poucas ofertas de trabalho em âmbito mundial e nacional, torna-se importante ressaltar que o mercado maranhense possui poucos investimentos produtivos e, como conseqüência, há restrição na oferta de empregos. A participação na questão do emprego no Estado está concentrada principalmente na esfera pública estadual e municipal.

Dado este quadro de restrição estrutural e conjuntural na oferta de postos de trabalho no mercado maranhense, foi lançado o Programa Primeiro Emprego em 1995 e vigorou até 2003.

Nesse período de 8 (oito) anos, (1995 – 2003), houve o encaminhamento de 22.396 (vinte e dois mil, trezentos e noventa e seis) candidatos para as empresas, e destes, segundo dados levantados junto ao SINE-MA, 26,5% permaneceram nas empresas onde estagiaram. Ressalto que estes dados não revelam por quanto tempo eles permaneceram empregados.

Diante do exposto, tanto acerca do Programa Primeiro Emprego quanto em relação ao contexto econômico e social onde este se encontra inserido no

âmbito mundial, nacional e regional, foi possível postular algumas questões que foram norteadoras para a construção do meu objeto de pesquisa.

> Quais os sentidos e significados sociais deste Programa na vida dos jovens egressos?
>
> Quais os aspectos mais relevantes considerados pelos beneficiários do Programa que lhes confere grau de satisfação ao Programa?
>
> Que tipo de primeiro emprego está sendo ofertado para os participantes?
>
> Quais as posições ocupacionais oferecidas?
>
> Este Programa foi capaz de proporcionar algum tipo de mobilidade social?
>
> Há articulação entre este Programa com as demandas das grandes empresas?
>
> O processo de capacitação dos beneficiários do Programa "*Primeiro Emprego*" está, em quantidade e qualidade, adequado e pertinente aos objetivos propostos de *qualificação*/*requalificação* de adolescentes e jovens para contínua atuação no mercado de trabalho?

Estas questões postuladas não perderam de vista o pressuposto de que em uma avaliação de um programa social nunca é possível se afirmar que as mudanças identificadas, na população atingida, são produto direto da ação do Programa.

Entendendo que o conhecimento não é um dado em si, um conjunto de fenômenos isolados, nem é uma atividade informal e assistemática, mas o conhecimento é construído a partir da necessidade de uma resposta a uma questão formulada sobre a realidade social e que o ato da pesquisa não se produz de uma

assentada (BOURDIEU, 1998). Configuro o meu objeto de estudo a partir do interesse em desvendar os significados sociais do Programa Primeiro Emprego a partir do ponto de vista dos seus participantes numa dupla perspectiva, a partir da perspectiva subjetiva e da perspectiva objetiva da experiência, no município de São Luís desde o seu lançamento, em 1995, até 2003.

1.1 Percurso Metodológico: o passo a passo da pesquisa

1.1.1 Os primeiros contatos com o tema

Eu trabalho há onze anos em organizações privadas em área de recursos humanos e pude vivenciar de perto os dramas com os quais convivem os trabalhadores no mundo do trabalho. Diariamente convivo, de um lado, com solicitações de pessoas em busca de uma vaga em um mercado onde as exigências de qualificação são cada vez maiores, e, de outro, com os que momentaneamente empregados se assombram com o fantasma do desemprego.

Vivenciar de perto este drama em um mercado cada vez mais excludente, individualista e seletivo sempre foi alvo das minhas inquietações e angústias.

Especificamente no mercado maranhense, posso ver os meus conterrâneos empobrecidos em meio às grandes corporações nacionais e internacionais que estão instaladas aqui. Diariamente, dezenas de pessoas se amontoam na portaria da Companhia Vale do Rio Doce (empresa onde atuo atualmente) em busca de uma oportunidade. Por outro lado, dia-a-dia, esta empresa recebe solicitação para contratação de mão-de-obra para fazer frente aos aumentos de produção.

Apesar deste contingente de desempregados, muitas vezes esta Companhia busca em mercados vizinhos mão-de-obra para ocupar vagas em seu quadro, visto que não encontra no mercado local, pessoal qualificado e capacitado, para tal. Este argumento de ausência de qualificação, repetido e naturalizado no senso comum, se constituiu, então, no meu primeiro estranhamento me motivando, assim, a buscar melhor compreensão acerca da questão.

Assim para compreender o contexto de absorção ou não, de mão-de-obra pelo parque industrial maranhense, com especial destaque para a presença da AMBEV (Companhia Brasileira de Bebidas), da ALUMAR (Consórcio de Alumínio do Maranhão) e da *Companhia Vale do Rio Doce* no Maranhão, cuja instalação se deu há quase 20 anos, busco o outro lado da questão que são as políticas de emprego quanto a sua capacidade de inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho maranhense.

Diante disto, surgiram os meus primeiros questionamentos: até que ponto estas políticas, no Estado do Maranhão, estão voltadas para as demandas do mercado?

Discutir a questão do emprego/desemprego em face da nova reestruturação produtiva é uma exigência da própria realidade social. A exclusão do mercado de trabalho de determinados segmentos sociais, através de critérios de escolaridade e de idade notadamente, e o surgimento de Políticas Públicas para o enfrentamento desta questão, exige que se direcione o olhar para melhor compreender estes programas como uma tentativa de se apreender os seus significados.

O Programa Primeiro Emprego do Governo do Maranhão se constituiu em uma ação do Estado para enfrentamento da questão do desemprego e como tal está

inserido neste debate. Este Programa que vigorou durante a maioria dos dois mandatos da então governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney, agiu como um dos “carros-chefe” do seu governo, com repercussão em âmbito estadual e também no Brasil[5].

Elegi o Programa Primeiro Emprego como realidade empírica por se tratar de um tema fecundo e de grande repercussão e que iria ao encontro das minhas inquietações. Com esta temática, portanto, elaborei um anteprojeto de pesquisa com o qual concorri para uma vaga no mestrado do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas.

Durante este período de “aproximação”, de reconhecimento do meu objeto de estudo, fui fazer compras em um supermercado nas redondezas de onde resido e, na ocasião, havia lá estagiários do Programa Primeiro Emprego, inconfundíveis com as suas camisas com a identificação do Programa, que lhes conferia uma espécie de identidade, nem sempre confortável conforme soube bem mais tarde. Um deles, após me ajudar com as compras no caixa, ainda me acompanhou até o carro empurrando o carrinho com as compras. Neste trajeto, perguntei para ele se era aquela a sua atividade naquela empresa. Ele me respondeu que sim, e eu continuei perguntando para ele sobre a sua experiência. Disse-me que tinha feito um curso de turismo e que desejaria ter ido para uma agência de turismo, ou outra empresa onde ele pudesse ter experiência nesta área em que ele tinha interesse. Disse-me sem entusiasmo que não sabia por que ele não tinha sido encaminhado segundo a sua área de interesse. Esta conversa inicial com este jovem foi de fundamental importância para me ajudar na demarcação futura do meu objeto de estudo.

[5] A atualmente Senadora licenciada foi a relatora do projeto para a criação do Programa Nacional do Primeiro Emprego.

1.1.2 A construção do objeto

Falar sobre a construção do meu objeto de pesquisa, passa necessariamente pela minha própria *construção* como uma pesquisadora social.

O processo que marcou a minha inserção no mundo da pesquisa, que eu estou chamando da minha *construção* como pesquisadora, teve o seu marco inicial com as aulas de Laboratório de Pesquisa, disciplina do núcleo básico do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas.

A referida disciplina se propôs a fazer uma reflexão crítica sobre a trajetória das Ciências Sociais na contemporaneidade a partir das perspectivas dos clássicos Marx, Weber e Durkheim, além de configurar elementos chaves da concepção metodológica de Pierre Bourdieu como forma de favorecer a abertura dos “olhos” e “mentes” dos mestrandos e doutorandos para a construção dos seus projetos de pesquisa em Ciências Sociais.

O contato com os elementos chave de cada um desses autores foi fundamental para a construção do meu aprendizado nos métodos das Ciências Sociais.

Muitos foram os caminhos que o meu pensamento trilhou durante esta disciplina, acrescentada, mais tarde, com as discussões calorosas durante os seminários de dissertação. A exemplo de uma pessoa que embarca em um túnel mágico onde cada lugar, cada esquina, apresenta novas luzes que me levaram a outros caminhos, a outras possibilidades, assim descrevo as transformações ocorridas dentro da minha alma e da minha forma de pensar o mundo ao redor ao entrar em contato com as luzes teóricas trazidas por estes autores.

A minha *construção* como pesquisadora passou, portanto, pela *desconstrução* dos saberes que eu havia trazido em relação a uma pesquisa. Desta forma, reaprendi a olhar uma pesquisa, não mais pela lógica da prova, mas pela lógica da descoberta.

Durante os seminários de dissertação, pude, então, *recortar* o meu objeto de estudo para a forma que nesta dissertação estará sendo exposto, qual seja: entender os significados do Programa Primeiro Emprego na vida dos seus participantes, tanto na sua forma subjetiva como na sua forma objetiva. Para tal empreitada, escolhi como referencial teórico Pierre Bourdieu, além de fazer articulações com Max Weber e com antropólogos como Roberto Da Mata.

"Transformar o exótico no familiar e/ou o familiar em exótico" (DA MATA, 1978, p. 28) esse passou a ser um dos esforços mais freqüentes a serem empreendidos por mim durante o período da pesquisa de campo, conforme relatarei adiante.

1.1.3 A coleta e a análise das informações e a construção dos dados

Após esta fase *teórico-intelectual*, no dizer de Da Mata (1978), entrei no *período prático*, onde então tive que me preocupar com aspectos objetivos da minha pesquisa qual sejam: qual instrumento de pesquisa utilizar, como encontrar os ex-participantes, e tive ainda que lidar com as inquietações e medos de não os encontrar e com o fato de encontrando-os, eles pudessem não querer me conceder a entrevista.

Da Mata (1978, p. 24-25) faz o seguinte relato sobre o período prático:

> A pergunta, então, não é mais se o grupo X tem ou não linhagens segmentadas, à moda dos Nuer, Tallensi ou Tiv, ou se a tribo Y tem corridas

> de tora e metades cerimoniais, como os Krahó ou Apinayé, mas de planejar a quantidade de arroz e remédios que deverei levar para o campo comigo. Observo que a oscilação do pêndulo da existência para tais questões – onde vou dormir, comer, viver – não é nada agradável. Especialmente quando o nosso treinamento tende a ser excessivamente verbal e teórico, ou quando somos socializados numa cultura que nos ensina sistematicamente ao conformismo, esse filho da autoridade com a generalidade, a lei e a regra. No *plano prático*, portanto, já não se trata de citar a experiência de algum herói-civilizador da disciplina, mas de colocar o problema fundamental na Antropologia, qual seja: o da especificidade e relatividade de sua própria experiência.

Tendo em vista o recorte do meu objeto de pesquisa enfocar os significados do Programa para quem o vivenciou, a dúvida sobre qual procedimento para levantamento das informações pertinentes eu utilizaria, fez parte das minhas angústias por algum tempo, visto que temia escolher algum procedimento que direcionasse, não para os significados deles, mas para os que eu havia trazido.

Optei por utilizar a técnica chamada de entrevista narrativa por entender que esta me ajudaria a atingir os meus objetivos, tendo em vista que um dos meus maiores dilemas no trabalho de campo era o de direcionar perguntas pré-concebidas, que, fatalmente, estariam presentes, caso eu utilizasse um questionário com perguntas e respostas direcionadas.

Sobre entrevista narrativa, Jovchelovitch e Bauer (1997, p. 93-95) dizem que:

> A entrevista narrativa tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado a contar sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social. [...] Ela é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a idéia de entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas. No modo pergunta-resposta, o entrevistador está impondo estruturas em um sentido tríplice: a) selecionando o tema e os tópicos; b) ordenando as perguntas; c) verbalizando as perguntas com sua própria linguagem.

Na entrevista narrativa, o pesquisador deve ter uma pergunta central ou tópico inicial e, a partir deste, o entrevistado então discorre sobre o tema. Ao final desta narração, o pesquisador, então, entra na fase de questionamentos quando, então, deve fazer perguntas para completar as “lacunas da história”.

Depois que eu defini a entrevista narrativa como procedimento para coleta dos depoimentos dos ex-participantes, a minha preocupação se direcionou para a seleção dos entrevistados: quantos deveriam ser? onde encontrá-los?

Tendo em vista tratar-se de uma pesquisa qualitativa, onde “a finalidade real [...] não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”, (GASKELL, 1997, p.68), eu decidi que o número de entrevista seria definido durante o período da coleta de informações, tendo como premissa o fato de que “permanecendo todas as coisas iguais, mais entrevistas, não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada.” (GASKELL, 1997, p. 70). Sendo assim, as entrevistas cessaram quando eu obtive uma saturação das informações, aqui entendidas como a repetição das experiências por parte dos entrevistados.

Além da entrevista narrativa, também utilizei como procedimento para coleta de informação o levantamento documental e a observação. Este último recurso foi fundamental para as análises das informações coletadas.

Eu utilizei a idéia de *rede social* (SILVA, 2002, p. 64) como estratégia para encontrá-los. Nesse caso, a localização dos entrevistados foi feita por indicação deles próprios, a partir da minha solicitação da indicação de algum conhecido. O fato de ser apresentada por algum “amigo” ou “conhecido” reduziu as distâncias e “abriu as portas”.

Segundo Bourdieu (1997, p. 697):

> Tomou-se por isso a decisão de deixar aos pesquisadores a liberdade de escolher os pesquisados entre *pessoas conhecidas* ou pessoas às quais eles pudessem ser apresentados pelas pessoas conhecidas. A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais para uma comunicação ‘não violenta’. De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo

> imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas da comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor.

Como encontrar o primeiro entrevistado que pudesse dar início à *rede social*? Esta passou a ser a minha principal preocupação.

Lembrei-me do contato que mantive com o rapaz no supermercado e fui até lá em busca de alguém que pudesse ter sido contratado ou de algum contato de um ex-participante. Neste supermercado, encontrei o meu primeiro entrevistado, na realidade uma moça muito simpática que, depois das minhas inseguras explicações iniciais, aceitou dar a entrevista. Combinamos, então, para o dia seguinte em determinado horário. Meia hora antes do horário marcado, estava eu lá, ansiosa com a chegada dela. E se ela não vier? Perguntava-me, enquanto repassava em minha memória todas os detalhes da conversa que tivemos no dia anterior para me certificar que estava no local certo e no horário combinado. Sofri do *encantamento da espera*, no dizer de Barthes[6] (1990).

Finalmente ela chegou. Pude então realizar a primeira entrevista no salão de festas do prédio onde moro, esta entrevistada me indicou duas outras pessoas, inclusive me levou até a casa de um deles.

A fase das entrevistas durou de 01/12/2004 a 10/02/2005. Durante este período conversei e gravei a experiência de 17 pessoas.

A maioria das entrevistas eu realizei nas casas dos entrevistados, o que ajudou para a utilização da observação como procedimento de pesquisa, visto que indo até eles eu pude conhecer a forma em que vivem e os seus hábitos. Em alguns

[6] Estou fazendo referência a Roland Barthes no que se refere a aproximação desta situação vivida com a que ele relata em seu livro *Fragmentos de um discurso amoroso*, no capítulo denominado “a espera”. Não há nenhuma pretensão sobre o Estatuto Semiótico deste autor.

casos, fui apresentada aos pais, e, não raras vezes, me foi servido refrigerante ou algum tipo de doce.

Na utilização da técnica de entrevista narrativa, encontrei algumas dificuldades, tais como: o fato de alguns entrevistados serem muito tímidos e não conseguirem narrar a sua experiência com todos os detalhes, exigindo de mim que eu fizesse muitas perguntas adicionais para ter as informações ou no caso dos entrevistados que falavam aquilo que julgavam que eu queria ouvir.

Também fui surpreendida com o imprevisto. Durante as minhas primeiras entrevistas, pude verificar que alguns falaram espontaneamente sobre suas origens e sobre as suas relações familiares, aspectos que não foram inicialmente pensados por mim. À medida que eles surgiram, passei assim a fazer perguntas sobre o assunto, quando eles não apareciam espontaneamente.

Fui muito confundida como sendo do Primeiro Emprego e apesar de me apresentar como pesquisadora da UFMA[7] e que eu estava ali fazendo uma pesquisa, muitas vezes fiquei com a sensação de que não era compreendida.

Todos os entrevistados foram muito disponíveis para conceder-me a entrevista. Pareciam felizes em falar e serem ouvidos.

Segundo Sarti (2005, p. 25):

> As entrevistas constituem, sobretudo uma oportunidade singular nas vidas das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente ser escutado. São uma prova rara do reconhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo.

Talvez também como prova de suas existências, se deixaram fotografar tão facilmente. Fiz fotografias de quase todos eles, sempre tentando mostrar o ambiente ao redor, recurso que foi útil para fazer-me lembrar mais tarde de detalhes que a memória me trairia. Apenas uma entrevistada não quis ser fotografada. Ao

[7] Universidade Federal do Maranhão.

perguntar-lhe se eu poderia fazer uma foto, ela respondeu muito envergonhada que estava muito “desarrumada”.

Na utilização da *rede social*, pude comprovar os ensinamentos do Bourdieu (1997) de que a indicação de uma pessoa conhecida legitima o trabalho do pesquisador e gera uma relação de mais confiança. De todos os contatos que fiz, que foram 18 (dezoito), apenas 1 (uma) pessoa recusou-se a ser entrevistada. Ressalto que este foi o único caso que não lembrou da pessoa que havia feito a indicação dela.

Durante este período também fiz uma série de levantamentos documentais acerca do Programa Primeiro Emprego que estarão mais adiante sendo cotejados com as informações obtidas nas entrevistas.

Após a fase das entrevistas e transcrição das fitas passei para a etapa de sistematização e análise. Analisei todas as entrevistas e fui colocando os resultados das narrativas em eixos temáticos que resultaram na forma que estarão expostos nesta dissertação. Ressalto que os nomes dos entrevistados utilizados aqui são fictícios.

1.2 Apresentando o Trabalho

Os resultados desta pesquisa foram organizados da seguinte forma: introdução, o capítulo 2, está dedicado a análise do atual momento do capitalismo em âmbito internacional e seus rebatimentos no Brasil, especificamente no que se refere às transformações ocorridas no mundo do trabalho, com destaque para, a vulnerabilidade do trabalho expressa não só no desemprego, mas também na informalidade e na precariedade.

Neste sentido, é apresentada a situação da juventude brasileira, mas especificamente a juventude pobre do Brasil como uma das categorias mais excluídas, e as mudanças ocorridas no conteúdo das políticas públicas de emprego como forma de enfrentamento destas questões.

No capítulo 3, traço um perfil das configurações do mercado de trabalho no Maranhão e o surgimento neste cenário do Programa Primeiro Emprego. Apresento o perfil do mercado de trabalho fortemente concentrado no setor público estadual e municipal, aliado a indicadores sociais desfavoráveis em relação a outras regiões do Brasil, além de fazer uma caracterização do referido Programa.

O capítulo 4, eu dediquei para a compreensão dos *dados* coletados nas entrevistas e que foram organizados em 3 (três) eixos temáticos: sobre os significados da experiência, sobre condições de trabalho e o desafio da inserção e sobre educação e qualificação. Neste capítulo tentei abarcar todo o espectro de significados trazidos pelos entrevistados, ainda que estivesse ciente da impossibilidade de conseguir abarcar todo o espectro dos significados de cada um, tendo em vista que cada indivíduo conserva consigo significados e sentidos que nenhuma teoria, mesmo a mais pretensiosa, conseguirá abarcar.

Por fim, na conclusão retomo os aspectos apontados no trabalho como fatores importantes nos resultados atingidos, além de promover uma discussão acerca dos reais beneficiários do Programa.

2 AS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO: A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

2.1 O Brasil nos Circuitos da Mundialização

No final da década de 1960 e por todo o decênio de 1970, começam a se esboçar significativas transformações no sistema capitalista mundial. Tais transformações são marcadas pela crise do regime de acumulação capitalista até então dominante e que continuou em curso nos anos seguintes.

Dentre os indicadores dessa crise, destacam-se a desaceleração da taxa de crescimento do produto industrial (LIMA, 2001, p.12), a queda dos investimentos em capital fixo e o fortalecimento das atividades especulativas de mercado (ARRIGHI, 1996).

Um dos mais intensos e perversos efeitos da dinâmica de crescimento e acumulação capitalista engendrada neste contexto é o aumento das taxas de *desemprego*.

Face às exigências da reestruturação produtiva do trabalho, no âmbito dos processos de mundialização do capital, decorre o claro abandono dos compromissos *fordistas*[8] em relação ao trabalho que se reverbera na *flexibilização* e *precarização* das relações de trabalho, acompanhada do processo de inovação tecnológica e ênfase na capacidade e competências individuais como critério de inserção no mercado de trabalho.

[8] O modelo fordista/taylorista vigorou na grande indústria ao longo de todo o século XX, e estava baseado na "produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada [...] pode-se dizer que junto com o trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de 'compromisso' e de 'regulação' que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura, e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado." (ANTUNES, 2001, p. 36-38).

A exploração do trabalhador ganha nuanças indesejáveis no atual modelo denominado *toyotista*[9] que intensificou a exploração do trabalho. Como decorrência da automatização da produção, houve a apropriação das atividades intelectuais do trabalhador, conforme Antunes (2001, p. 56). Ele empreende uma análise sobre a inversão da *lógica societal* e do equívoco disseminado sobre o fim do trabalho nas *sociedades produtoras de mercadoria*. Sobre a relação entre a crise dos anos 1970 e as novas formas de regime de trabalho exigidas pelo capital, afirma:

> Como resposta a própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o **advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal**, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte: a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital de instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2001, p. 31 grifos do autor).

Relativamente à questão do trabalho, do agravamento das condições de manutenção do emprego, do nível crescente de desemprego como marcador de uma crise do capital, pode-se revisar, ainda que de forma breve, a metamorfose do Estado em modelos que pudessem sustentar a permanência do *capital*. Polanyi (2000) tratou, dentre outros pontos, das relações entre *mercado*, *Estado* e *trabalho*, focalizando sua análise no dispositivo de intervenção do Estado, mesmo quando o modelo apontava para o liberalismo.

Uma das contribuições de Polanyi (2000, p. 171) foi a pontuação da intencionalidade das regras de mercado, afirmando que "[...] o próprio laissez-faire foi imposto pelo Estado". É colocado em questão, desta forma, dois pensamentos econômicos, o primeiro se refere a idéia clássica de que o Estado na fase do

[9]"O processo de produção de tipo toyotista, por meio dos team work, supõe, portanto uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz." (ANTUNES, 2001, p. 56).

liberalismo econômico não intervinha na economia, mas apenas em atividades não-mercantis de interesse da sociedade, e o segundo diz respeito a rejeição dos neoclássicos a qualquer forma de intervenção estatal, prejudicial ao mercado auto-regulável. Para Polanyi (2000), o caminho do mercado livre foi aberto e conservado pelo Estado, sendo que, em determinados momentos conjunturais, os liberais mesmo, apelaram para a atuação compulsória do Estado.

Esse paradoxo, para Polanyi (2000), foi suplantado por outro. Enquanto a economia do *laissez-faire* foi o produto da ação deliberada do Estado, as restrições a essa ação – *planejamento estatal* – iniciaram-se de maneira espontânea. Desta forma é que foi construída a idéia principal de Polanyi (2000): o *laissez-faire* foi planejado, o planejamento não.

Por outro prisma, a prevalência das políticas sociais, no decorrer do processo de conformação do Estado de inspiração *keynesiana,* deu lugar aos cortes dos gastos sociais, conformadas pelo *Estado Mínimo,* cujo escopo se encontra no ajuste das contas externas e internas, com substituição das políticas públicas de manutenção do *pleno emprego* pelas políticas econômicas e sociais fundamentadas na receita neoliberal. A manutenção, a geração de emprego e de renda, nesse contexto, são abjuradas em nome da *sacralização* do mercado e do *capital transnacionalizado*.

Na clássica abordagem de Robert Castel em "*As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário", é ressaltado que diversas formas de tratamento foram dispensados aos problemas sociais no curso da história, assinalando a condição de manutenção do regime de salariato pelo que este autor chama de "persistência de tutelas tradicionais que comprimem o trabalho em redes rígidas de obrigações sociais e não, econômicas." (CASTEL, 1998, p. 43-44). Isso

me remete para a configuração da gestão da força de trabalho face às demandas do capital, bem como o ponto frulcral dos nossos dias: o desemprego.

A questão do desemprego como problema social é relativamente recente como atesta Barbosa e Moretto (1998, p. 93):

> Até meados do século XIX, o desemprego ainda não figurava como realidade econômica e social nos países europeus, já que boa parte da população trabalhava no campo, o que permitia um nível mínimo de subsistência. Com a imigração da população rural para as cidades e a expansão das indústrias, o trabalhador passou a depender da venda de sua força de trabalho para poder adquirir os bens necessários ao seu sustento. A falta de salário, decorrente do desemprego, e a impossibilidade de retorno ao campo tornava o desemprego um problema social crônico.

Com a complexificação das relações sociais de produção, dentre as quais aquelas pertinentes à *mais-valia* e à força de trabalho, bem como o enfrentamento do capital diante das crises (ARRIGHI, 1996), a questão do desemprego se agrava e exige sucessivamente a intermediação do Estado nessa esfera.

A partir da década de 1970, o crescimento geométrico das *taxas de desemprego* no mundo inteiro se constituiu como um dos graves problemas sociais e um dos desafios mais complexos quanto a sua superação. Conforme Pochmann (1998, p.110, grifos nossos):

> Desde a segunda metade da década de 70, assiste-se à presença **de taxas elevadas de desemprego, de menor estabilidade dos contratos de trabalho, de novos tipos de ocupação precária e da evolução do salário médio real inferior à produtividade.**
> Nas **economias capitalistas avançadas**, o **total de desempregados passou de 10 milhões para cerca de 35 milhões entre 1970 e 1996**, enquanto na **América Latina** teria **aumentado de 5,5 milhões para algo próximo de 15 milhões nas duas últimas décadas**.

Este desemprego estrutural assume, no mundo inteiro, características peculiares. Está marcado pela redução do número de empregos na indústria e o aumento no setor de serviços, podendo, também, referir-se ao aumento da informalidade, da precariedade do trabalho, além da incorporação das mulheres e da exclusão de jovens e velhos. “Há, portanto, um processo de maior

heterogeneização, fragmentação, e complexificação da classe trabalhadora" (ANTUNES, 2002, p. 50).

Outro aspecto importante decorrente da reestruturação produtiva em curso desde dos anos 1970 e que rebate na questão do emprego, é o que se refere ao caráter controverso do perfil das ocupações que aponta, por um lado, para a necessidade de um trabalhador cada vez mais qualificado e multifuncional para atender às exigências empresariais, o que refletiria uma modificação no conteúdo do trabalho e por outro

> […] não parece ter desaparecido plenamente todas as formas tradicionais degradantes do trabalho, muitas vezes constituindo-se justamente como fonte geradora de maiores ocupações. Ao contrário do que formularia parcela importante da literatura tradicional, o capitalismo tenderia a produzir ocupações precárias em profusão, a despeito da geração de empregos com conteúdo de trabalho mais elevado. (POCHMANN, 2001, p.51).

Esse processo começa a ter repercussões no Brasil a partir da década de 1990[10], e ficou conhecido como "ajuste estrutural brasileiro".

De fato:

> Consolidou-se nos anos 90 (inicialmente com o governo Collor), um amplo consenso liberal (filiado ao Consenso de Washington) favorável à implementação do Programa de estabilização, ajuste e reformas institucionais, apoiado e promovido pelos governos nacionais e pelas agências financeiras internacionais: Programa de privatizações, redução de tarifas alfandegárias para importação, liberalização dos preços, política monetária restritiva, redução de isenções fiscais, subsídios e linhas de crédito, corte dos gastos públicos, liberalização financeira e renegociação da dívida externa. (FIORI, 1993 apud MONTAÑO, 2002, p.37).

No Brasil, os efeitos dessa crise são intensificados pelos problemas estruturais, pertinentes ao subdesenvolvimento e dependência[11] que são atributos históricos agravados pela nova Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Pochmann (2001, p. 40):

---

[10]De fato, o marco inicial da implantação do *projeto neoliberal* no Brasil se deu com o Consenso de Washington que consistiu em uma reunião que teve como objetivo orientar a implantação do processo neoliberal nos países periféricos. Nesta reunião participaram os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos (MONTAÑO, 2002, p.29).

[11]Sobre a questão da dependência e subdesenvolvimento, ver Sampaio Júnior (1999).

> Diante da difusão de uma nova Divisão internacional do Trabalho nas duas últimas décadas, o Brasil experimenta uma situação de retrocesso. A economia perdeu sua tradicional dinâmica de alto crescimento sustentado na ampla geração de vagas, restando atualmente a medíocre variação da renda nacional, com a insuficiente criação de postos de trabalho – na maioria das vezes, de baixa qualificação – para todos que desejam trabalhar. Os empregos qualificados foram reduzidos, em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos e pela reformulação do setor público, além de pelas baixas taxas de expansão do produto.

Os efeitos sociais deste *ajuste* são expressos pelo agravamento da questão social no que tange principalmente aos aspectos ligados a vulnerabilidade, precariedade e informalidade do trabalho, além do desemprego crescente. Aliado a isso, ressalto o caráter paradoxal no fato de o Estado Brasileiro, ter sofrido um desmonte no que concerne ao social ao longo da década de 1990 e nos anos 2000 (CARVALHO, 2002), com o progressivo retrocesso nas conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988 (MONTAÑO, 2002; CARVALHO,2002).

Outro aspecto, não menos importante, diz respeito ao fato de que esses efeitos atingem de forma diferenciada as diversas regiões brasileiras configurando assim um *ajuste seletivo* (ARAÚJO, 1997 apud CARVALHO, 2002), agravando as já históricas desigualdades regionais. Neste sentido, este ajuste seletivo atinge regiões e populações específicas. Neste tocante, a juventude aparece como uma das categorias mais atingidas.

2.2 A Vulnerabilidade do Trabalho e o Drama Juvenil: os desafios de inserção no mercado de trabalho

Retomo a obra clássica de Castel para a reflexão sobre a questão do desemprego, sendo esta “a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego.” (CASTELL, 1998, p. 514).

Neste sentido, este autor apresenta a precariedade do trabalho, marca dos nossos dias, como uma das manifestações da problemática do emprego. A questão da precarização guarda, em si, o fato de mascarar as estatísticas acerca do emprego e desemprego. Visto que um questionamento importante a ser feito nos dias atuais se refere a que tipos de empregos são ofertados e em que condições de trabalho.

> Porque dizer que isso constitui um fenômeno tão importante e, sem dúvida, até mesmo mais importante do que o aumento do desemprego? Não para banalizar a gravidade do desemprego. Contudo, enfatizar essa precarização permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação. De agora em diante, é um equívoco caracterizar essas novas formas de emprego como 'particulares' ou como 'atípicas'. (CASTEL, 1998, p. 516).

Ainda, segundo este autor, a precariedade do trabalho se constitui como a nova questão social dos dias atuais, assumindo assim o "status" que teve o pauperismo como questão social no século XIX.

Sob o ponto de vista do trabalho, ele destaca três aspectos centrais neste debate. O primeiro se refere a "desestabilização dos estáveis", em outras palavras, "uma parte da classe operária integrada e dos assalariados da pequena classe média está ameaçada de oscilação" (CASTEL, 1998, p. 527), ou seja, não se trata mais de integrar parcelas da população excluída, visto que todos podem ser atingidos.

O segundo aspecto se refere a "instalação na precariedade" que atinge fortemente os jovens e está marcado pela sucessão de atividades diversas, temporárias, e desprotegidas das leis trabalhistas. E o terceiro aspecto, mais "inquietante", no dizer de Castel (1998, p. 529), se refere ao "déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público." Neste fenômeno,

ficam excluídos do processo, na condição de “inúteis para o mundo”, os velhos, os jovens em busca de seu primeiro emprego, e desempregados de muito tempo.

Vejamos, a seguir, quais os contornos assumidos por estes fenômenos no Brasil.

O mercado de trabalho no Brasil tem uma característica singular (GUIMARÃES, 1998, p. 260): o aumento crescente de trabalhadores no *mercado formal* do período em que disparou o processo de industrialização até os anos 1980, quando o quadro se reverteu com o aumento significativo das formas de trabalho informal em detrimento do emprego formal. E mais ainda, como marca da nossa singularidade,

> [...] é importante lembrar que em nosso país a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho são problemas histórico-estruturais e que já estavam presentes antes mesmo da crise que atingiu a economia mundial como um todo. (AZEREDO, 1998, p. 124).

Durante os anos 1990, o Brasil foi marcado por índices de desemprego crescentes, concentração de renda, endividamento interno e externo e ausência de crescimento sustentado (POCHMANN, 2001).

Outro aspecto a considerar é o que se refere a precariedade dos empregos gerados no Brasil e o progressivo achatamento dos salários. Conforme Rolli e Fernandes (2004), no primeiro semestre de 2002, 68% dos trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos; no mesmo período de 2003, este percentual subiu para 71,93% e, no primeiro semestre de 2004, chegou a 72,13%.

Neste cenário, os jovens são uma das categorias mais atingidas[12].

> Com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE) para 2001, Pochmann constatou que, na década de 80, de cada dez jovens entre 15 e 24 anos, oito tinham empregos e dois eram inativos. Dos oito que estavam no mercado de trabalho, apenas um se encontrava desempregado. Nos anos 90, de cada grupo de dez jovens nessa faixa de idade, cinco

[12]O processo de precarização atingiu além dos jovens em especial, também mulheres, negros, e pessoas com mais de 40 anos (POCHMANN, 2000).

> estavam no mercado de trabalho. Destes, quatro estavam desempregados. (POMPE, 2004, p. 1).

O aumento do desemprego nesta categoria se deve tanto ao crescente aumento de jovens no mercado de trabalho, quanto pela contínua redução na oferta de vagas (POCHMANN, 2000, p. 36).

No que se refere ao padrão das ocupações, durante os anos 1990, houve um aumento significativo das ocupações autônomas no Brasil, ainda que não tenha sido suficientes para atender à demanda crescente de jovens que entram no mercado de trabalho anualmente[13]. Conforme atesta Pochmann (2000, p. 34-35):

> Entre 1986 e 1998, o volume de postos de trabalho cresceu a uma taxa média anual de 0,8%, o equivalente à geração acumulada de apenas 2,3 milhões de vagas de jovens, apesar de 4,3 milhões de pessoas com idades entre 15 e 24 anos terem ingressado no mercado de trabalho... Geralmente os postos de trabalho autônomos são precários, com baixos rendimentos, instabilidade ocupacional, altas jornadas de trabalho, alta rotatividade e ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista.

Dos que se encontram empregados com carteira assinada,

> 86% encontram-se abaixo dos três salários mínimos mensais. Por isso, o rendimento médio do jovem ocupado é de apenas 1,7 salários mínimos mensais, sendo de 1,9 salários mínimos mensais para o sexo masculino e de 1,4 salários mínimos mensais para o feminino. Quase 40% dos brasileiros ocupados com idade entre 15 e 24 anos encontram-se submetidos a jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, da Fundação IBGE (POCHMANN, 2000, p.31).

Em virtude das desigualdades econômicas e sociais históricas da sociedade brasileira, é importante ressaltar que, este quadro de exclusão dos jovens, atinge mais fortemente os jovens pobres, cujas oportunidades educacionais são mais restritas.

> O desemprego entre os jovens pobres é significativamente maior (26,2%), enquanto entre os mais ricos a taxa é de 11,6%, e o desemprego dificulta significativamente a continuidade dos estudos entre os mais pobres (apenas 38,1% estudavam em 2001, enquanto entre os jovens ricos inativos 80% estudavam). (POMPE, 2004, p. 1).

[13] Sobre isto Pochmann (2000, p. 35) nos diz que: “Entre 1986 e 1998, o volume de postos de trabalho cresceu a uma taxa média anual de 0,8%, o equivalente à geração acumulada de apenas 2,3 milhões de vagas de jovens, apesar de 4,3 milhões de pessoas com idades entre 15 e 24 anos terem ingressado no mercado de trabalho.”

Face a este cenário, Pochmann (2000, p. 55, grifo nosso) conclui:

> Diante das transformações atuais na economia brasileira, as alternativas ocupacionais do jovem estão distantes, cada vez mais dos **setores modernos da economia e associadas geralmente aos segmentos de baixa produtividade e à alta precariedade do posto de trabalho**.Em virtude disso, são necessárias cada vez mais atenções especiais direcionadas à situação da juventude no Brasil. Hoje, os padrões ocupacionais dos jovens apontam para o agravamento do quadro de marginalização e desagregação social, **produzidos pelas políticas macroeconômicas e reproduzidas pelo funcionamento desfavorável do mercado de trabalho**.

Assim, é necessário repensar as políticas de emprego como uma forma de inverter a trajetória de vida dos jovens pobres brasileiros que têm como opção de destino à marginalidade, o abandono e a morte prematura.

Entendo ser importante avançar na compreensão de como estão concebidas as políticas de emprego no Brasil. Em suma, para quê e para quem são formuladas as políticas de emprego no Brasil?

2.3 O Trabalho na Ótica das Políticas Públicas: (im) possibilidades das políticas públicas de trabalho e renda. O que de fato está em questão?

O debate acerca das Políticas Públicas de emprego é recente na agenda pública do Brasil (AZEREDO, 1998, p. 126), visto que durante anos vigorou a crença de que os problemas sociais seriam resolvidos de forma inexorável com o crescimento econômico. As alterações no mercado de trabalho, ocasionadas pela reestruturação produtiva de 1970, trouxeram luz para a questão e alteraram as concepções de políticas de emprego (POCHMANN, 1998, p.110).

Antes de adentrar na questão, é importante precisar as políticas de emprego, assim segundo Guimarães (1998, p. 257):

> […] são uma referência direta aos Programas de apoio a pequenos empreendedores, urbanos e rurais, e a microempresas em geral, tendo como base o crédito, a assistência técnica, a capacitação profissional, o

> incentivo à incorporação de ciência e tecnologia e a facilitação à comercialização.

Ou ainda, segundo Barbosa e Moretto (1998, p.20), são aquelas que possuem como objetivo uma ação direta sob o mercado de trabalho e buscam agir tanto do lado da oferta quanto da demanda de trabalho.

Neste sentido, estes autores distinguem as políticas voltadas para o mercado de trabalho como ativas e passivas, sendo as primeiras aquelas que:

> […] buscam alterar o perfil da oferta de trabalho como ampliar o número de vagas oferecidas pelo setor público e privado. A criação de emprego por meio de frentes de trabalho, a redução da jornada de trabalho, os subsídios às contratações do setor privado e a oferta de crédito às pequenas e microempresas. (BARBOSA; MORETTO, 1998, p. 21).

Também são consideradas políticas ativas a formação profissional e a intermediação de mão-de-obra. Como exemplo de políticas passivas, são destacados o seguro desemprego, a aposentadoria antecipada e o incentivo à permanência dos jovens no sistema escolar.

No Brasil as políticas de emprego, atualmente, se concentram em quatro eixos fundamentais: seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra, a qualificação profissional e os chamados Programa de Geração de Emprego e Renda (AZEREDO, 1998, p.126) com destaque para as políticas ativas de formação profissional e a intermediação de mão de obra, como ademais tem sido a tendência mundial como forma de enfrentar o desemprego estrutural crescente e atender à lógica neoliberal implantada.

Questiono, entretanto, esse caráter ativo das políticas voltadas para o mercado de trabalho, visto que um mercado fortemente atingido por uma política macroeconômica restritiva que muda o foco do pleno emprego para se focar na estabilidade monetária, traz como conseqüência não só a ausência de novos postos de trabalho, como a redução dos postos de trabalhos existentes, aumentando a

disputa por uma vaga, pela enorme massa de desempregados. Desta forma, estas políticas deixam de ter um caráter ativo para assumir um caráter meramente passivo e compensatório, uma vez que não consegue inserir todos (LIMA, 2004).

Acerca das (im)possibilidades das políticas de emprego, o primeiro aspecto a ser destacado se refere ao fato de que elas devem estar combinadas e integradas a várias políticas, tanto as políticas do tipo passiva e ativa, como as políticas macroeconômicas, estruturais, e as políticas de proteção social (BARBOSA; MORETTO, 1998).

De uma forma geral, os autores pesquisados[14] concordam no fato de que não há como enfrentar a questão do desemprego sem uma política econômica atrelada e comprometida com o crescimento, com o desenvolvimento do país e com o pleno emprego.

Segundo Pochmann (1998, p. 123):

> A flexibilização dos contratos de trabalho, o reforço dos Programas de formação profissional e o avanço de subsídios para desempregados ou de créditos para segmentos sociais fragilizados não podem representar uma alternativa adequada de enfrentamento da crise de emprego neste final de século. Pelo contrário, parecem acentuar o grau de desigualdades, enquanto as políticas de mercado de trabalho tratam de amenizar a situação de desemprego e de precarização das ocupações, impedindo que alcancem níveis que comprometam a estabilidade social, econômica e política desses países. Mas até quando isso será possível é uma questão que fica em aberto.

Também Azeredo (1998, p.167) pondera que:

> Os problemas do mercado de trabalho são complexos e certamente não serão definitiva e completamente resolvidos sem um correto encaminhamento da política macroeconômica. O que não se pode fazer, no entanto, é esperar que estas questões sejam resolvidas e a dualidade superada. Esperar pode significar tão somente a condenação da maioria de nossa população ao desamparo sob as 'leis do mercado'.

[14] Barbosa e Moretto (1998), Azeredo (1998), Pochmann (1998), Guimarães (1998)

Outro aspecto refere-se ao fato de que as políticas de emprego atuais buscam garantir a empregabilidade[15] dos indivíduos, ou seja, centradas na lógica do indivíduo busca a inclusão social de parcelas da população que se encontram alijadas do mercado cada vez mais excludentes, a partir de programas que gerem condições para esta população de buscar e encontrar uma ocupação. Dentre estes segmentos sociais excluídos se destacam, segundo Guimarães (1998), trabalhadores do setor informal, os mais velhos, trabalhadores ocupados em profissões de baixa qualificação e os jovens em busca do seu primeiro emprego.

Neste sentido, ao Estado não cabe mais a responsabilidade por assegurar empregos aos indivíduos, mas tão somente o de garantir capacitação/qualificação para que estes possam competir no mercado de trabalho em "igualdade de condições". Na prática, entretanto, não haverá vagas para todos, e, ainda que qualificados, a população está submetida as poucas vagas existentes, que são disputadas por várias pessoas.

Neste contexto de (im)possibilidades se encontra inserido O Programa Primeiro Emprego do Estado do Maranhão, que se constitui na referência empírica utilizada na presente dissertação.

[15] O conceito de empregabilidade passa a ser incorporado no Brasil a partir de 1990, como sustentação a estratégia de combate ao desemprego do Governo Fernando Henrique Cardoso. Neste conceito, as políticas públicas não buscam mais assegurar emprego aos indivíduos mas, torná-lo empregável (LIMA, 2004).

3 CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO MARANHÃO E O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

3.1 Configurações do Mercado de Trabalho no Maranhão na contemporaneidade

O Estado do Maranhão é o segundo maior Estado da região Nordeste em termos de extensão territorial, localiza-se em posição privilegiada pela proximidade com os mercados europeus e asiáticos, favorecido por possuir uma base logística composta pelo Porto do Itaqui e a Estrada de Ferro Carajás (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, 2003, p.23).

A partir da década de 1980 um forte complexo minero-exportador instalou-se no Estado com a presença principalmente das empresas ALUMAR e Companhia Vale do Rio Doce que trouxeram, à época, a promessa de crescimento para a economia e melhorias nas condições de vida da população a partir da perspectiva de ofertas de emprego diretos e indiretos.

Além desta “vocação” minero-exportadora, o sul do Estado do Maranhão ainda conserva áreas de produção de soja e de produção de papel e celulose (CARVALHO, 2002).

Apesar deste cenário aparentemente promissor, não se verificaram, ao longo desses anos, avanços em termos de qualidade de vida da população. Embora os dados não falem por si, podem, de início, chamar atenção para a situação de precariedade econômica e social em que se encontra o Maranhão. A taxa de pobreza está em torno de 59,9% em oposição ao nível de concentração de renda: a renda dos 20% mais ricos supera em 18,18 vezes a renda dos 20% mais pobres (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2001). Conforme esta

mesma fonte, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992, 34,35% das famílias tinham renda de até meio salário mínimo e, em 1999, esse percentual subiu para 52,9%, o que faz o Maranhão ser o primeiro Estado do Nordeste no *ranking* de famílias com renda de até *meio salário mínimo*, 63,72%. Quanto à *taxa de desemprego*, o Maranhão, segundo o IBGE, apresentou em 1999, o índice de 4,3%.

Com relação à configuração do mercado de trabalho, o Maranhão é um Estado com pouquíssimos investimentos produtivos e conseqüente restrição na oferta de empregos. Em função disso, a participação do setor público federal na questão do emprego no Estado está em torno de 7,8%, 45,7% no setor público estadual e 42,9% no setor público municipal[16], o que nos permite atentar para a significativa absorção de mão-de-obra no Estado, notadamente pelo setor público estadual e municipal.

Aliada a essa especificidade, o Maranhão tem uma insuficiente política de investimentos sociais, o que proporciona uma baixa escolarização entre os jovens e conseqüente exclusão do mercado de trabalho, já limitado pelas questões estruturais da região.

Dados mais recentes demonstram que a situação de pobreza e exclusão em que vivem os maranhenses é extrema.

Pochmann e Amorim (2003), ao analisarem as regiões brasileiras a partir de índices de exclusão social[17], constataram que, na região Nordeste, se concentram os mais elevados níveis de exclusão social. Inseridos nesta região estão

[16]Fonte: RAIS 2000.

[17]Este índice de exclusão social foi construído a partir de três temas: padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil. Estes temas foram então desdobrados em indicadores da seguinte forma: padrão digno foi analisado a partir dos indicadores de pobreza, emprego formal, e desigualdade de renda. Já o tema conhecimento foi analisado através de anos de estudo e taxa de alfabetização, enquanto o tema risco juvenil foi medido pela porcentagem de jovens na população e o número de homicídios por 100 mil habitantes (POCHMANN; AMORIM, 2003, p.18).

o Maranhão, a Bahia e o Piauí que são os estados que apresentam a maior proporção de municípios com os piores índices. Conforme pode ser atestado abaixo:

> Dentro da exclusão tradicional, dentre os 2.290 municípios com Índice de Exclusão Social até 0,4 – e, portanto, em situação de maior exclusão social – verifica-se que a região Nordeste é a recordista, representando 72,1% (1651) destes municípios no território nacional.
> Quando se desagrega um pouco mais os dados, nota-se que na região Nordeste destacam-se os Estados da Bahia com 369 municípios, Ceará com 174, Maranhão com 212[18], Paraíba com 109, Pernambuco com 168 e, finalmente, Piauí com 213 municípios. Esses são os Estados com maior número de unidades territoriais em situação de exclusão social. (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 74).

Ao apresentarem o ranking dos 100 (cem) municípios com os maiores índices de exclusão social no Brasil, o Maranhão lidera com a presença de 35 (trinta e cinco) municípios com os maiores índices de exclusão. O Estado do Piauí possui 11 (onze) municípios e a Bahia aparece com apenas 4 (quatro).

No que se refere ao perfil educacional da população maranhense, e considerando como pessoas alfabetizadas aquelas que completaram a 4ª série do 1º grau, o Maranhão apresentou, em 1999, índice de 52,8% de analfabetos. Embora menor que de 1992, cujo indicador era de 61,8%, este índice ainda é muito superior do conjunto do país que apontou para 29,4% de analfabetos, em 1999. Logo, mais da metade da população maranhense com mais de 15 anos é considerada analfabeta (LIMA, 2004).

Diante deste cenário atesta Carvalho (2002, p. 51):

> Em verdade, no limiar do século XXI, a economia do Maranhão revela uma imensa desordem no mundo do trabalho. Com um PIB que não supera os 80% da média nordestina, verifica-se a cada dia, a queda da produção de alimentos agrícolas e da produção oriunda da criação de pequenos animais. Têm-se altas taxas de desemprego, vividas nas cidades como no meio rural. Constata-se crescente precariedade e insegurança nas novas formas de trabalho que surgiram com os grandes projetos mínero-metalúrgico, agroflorestais e agrícolas empresariais, particularmente no setor sojícola. Enfim, gestam-se e aprofundam-se processos gritantes de exclusão social.

[18] Há que considerar que o Estado do Maranhão só tem 217 municípios, de modo que 212 representam 97% do total de municípios do Estado.

Neste cenário de extrema pobreza e desigualdade social do Estado do Maranhão, surge o Programa Primeiro Emprego instituído em julho de 1995, através da Lei nº 6.345, pela então governadora Roseana Sarney.

3.2 Caracterização do *Programa Primeiro Emprego*

O Programa Primeiro Emprego do Estado do Maranhão se constituiu na "concessão de bolsa de estágio remunerado, em nível profissionalizante, a adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos e pessoas[19] de 18 a 30 anos, visando a aprendizagem e o aperfeiçoamento da mão-de-obra"[20], propondo-se a cumprir os seguintes objetivos:

> Proporcionar experiência profissional a adolescentes e jovens entre 16 e 30 anos;
> Inserir adolescentes e jovens, sem oportunidades, no mercado de trabalho;
> Articular parcerias entre o Estado e empresas privadas para operacionalização do Programa;
> Proporcionar aos beneficiários do Programa o resgate de sua cidadania;
> Qualificar/requalificar adolescentes e jovens no sentido de continuarem atuando no processo produtivo;
> Despertar nos jovens a importância de postura ética no mundo do trabalho. (MARANHÃO, 2003).

A justificativa oficial para a sua implantação se refere a dados do SINE-MA que apontam que, em 1994, 3 mil jovens foram recusados em postos de trabalhos por não terem experiência anterior (SILVA et al., 2001). Em um documento obtido no referido órgão, denominado de "Programa Primeiro Emprego, informações gerais", consta em item denominado de "justificativa" que "o mercado de trabalho, hoje em fronteiras, exige profissionais com visão globalizada e postura pró-ativa.

[19] Muito curiosa esta clivagem por idade e as denominações utilizadas, visto que ao me deparar com elas estranhei o fato dos adolescentes estarem sendo tratados a partir de uma categoria que os separa da categoria pessoas, que na prática se configura com uma categoria que engloba todos os seres humanos. Em outros documentos de 2003 não aparecia mais desta forma.
[20] Diário Oficial de 07 de julho de 1995.

Considerando esses aspectos o número de pessoas desempregadas aumentou devido falta de adequação às novas tendências.” (MARANHÃO, 2003).

De início, é possível perceber que os formuladores do Programa partiram de uma concepção de que o desemprego dos jovens tinha como causa unicamente a falta de experiência, não considerando a conjuntura econômica do Brasil e, principalmente, do Maranhão para inserção desta população no mercado de trabalho.

O Programa Primeiro Emprego foi concebido como um dos eixos da Política de Trabalho do Governo do Estado do Maranhão, estando a sua formulação e a sua implementação a cargo da Subgerência do Trabalho, setor ligado a Gerência Adjunta de Trabalho, que por sua vez, se constituía em uma das gerências adjuntas[21] da GDS - Gerência de Desenvolvimento Social. Este Programa teve como pretensão ter um caráter ativo, voltado para a criação de novas oportunidades de trabalho, atuando, portanto, diretamente sobre a demanda por trabalho (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2003).

Sendo assim, o Programa Primeiro Emprego incorpora a ideologia atual das políticas em relação ao trabalho, qual seja, o de qualificar e requalificar os indivíduos para “concorrerem” a uma vaga no mercado, sem, entretanto, garantir ou fomentar novas vagas. Aliás o que tem constituído como uma marca na política de emprego e renda no Brasil, conforme foi visto no item 2.3 da presente dissertação, onde o conceito de empregabilidade e com este a individualização da problemática do emprego ganha corpo e legitimidade.

[21]A GDS, na sua estrutura, comportava duas gerências adjuntas, a Gerência Adjunta de Desenvolvimento Social, que era composta pelas subgerências da Solidariedade e da Assistência Social e a Gerência Adjunta de Trabalho e Habitação, que estava constituída pelas subgerências do Trabalho e da Habitação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2003).

No quadro, a seguir, é possível apreender inicialmente alguns dados que visam demonstrar o desempenho do Programa Primeiro Emprego em consideração.

Quadro 1 - Relatório do Programa Primeiro Emprego – 1995 a 2003

ANO	1995	1996	1997	1998	1998	2000	2001	2002	2003	TOTAL
Candidatos inscritos	57.187	*	*	*	*	*	18.437	9.822	**	85.446
Empresas cadastradas	837	811	1.611	2.246	1.147	585	3.100	3.178	3.191	16.706
Vagas oferecidas pelas empresas	3.083	1.132	3.939	3.953	2.322	1.784	4.800	5.178	**	26.191
Candidatos encaminhados às empresas	1.900	1.146	2.518	2.176	1.300	853	4.050	4.453	4.000	22.396
Candidatos que permaneceram nas empresas	570	305	423	571	247	247	861	1.288	1419	5.931

Obs.: o banco de dados com 57.187 candidatos cadastrados foi utilizado de 1995 a 2000.

** Na tabela com a atualização dos dados até 2003, não havia informação acerca do número de candidatos inscritos e do número de vagas oferecidas pelas empresas.

Fonte: Maranhão (2003)

É possível perceber no quadro acima que do total de candidatos inscritos no referido Programa, apenas 26% foram encaminhados às empresas, onde de início se pode afirmar que houve uma cobertura insuficiente para este programa, tendo em vista o número de trabalhadores interessados.

Também dos candidatos encaminhados às empresas, apenas 26% permaneceram contratados. O relatório não detalha, entretanto, por quanto tempo estes estagiários permaneceram empregados, com qual renda média, e em qual ocupação, informações importantes a serem apreendidas de forma a elucidar os significados sociais deste Programa na vida dos seus participantes.

No seu lançamento este Programa teve como meta atingir 28 mil estagiários, em quatro anos, entre 1995 a 1998 (SILVA et al., 2001, p. 64). Esta meta, entretanto, não foi atingida no período estabelecido tendo chegado apenas a 27,64% do quantitativo previsto. A não razão para o atingimento das metas se deveu supostamente "a uma definição aleatória e a uma avaliação super estimada das possibilidades de absorção da força-de-trabalho, em razão do desconhecimento das demandas do mercado, em termos do número de trabalhadores necessários e dos tipos de ocupação requeridas" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2003). Nos quatro últimos anos do Programa esta meta foi redirecionada para atingir 9.500 jovens. No quadro acima, pode-se verificar que até 2003 foram encaminhados 13.356 jovens às empresas conveniadas, tendo conseguido superar as metas previstas em termos de fornecer campo de estágio para os jovens.

Ao ser idealizado se propôs a ser uma articulação entre o Governo do Estado, sociedade civil e setores empresariais[22], cabendo ao Governo do Estado a responsabilidade de conceder uma bolsa, no valor de um salário mínimo para os jovens e de meio salário mínimo, para os adolescentes; efetuar seguro em grupo contra acidentes de trabalho para os estagiários do Programa e selecionar, treinar e acompanhar os estagiários nas empresas durante os três meses de permanência do público selecionado pelo Programa. No caso das empresas conveniadas ao Programa, estas possuíam a responsabilidade de oferecer Vale-Transporte para os estagiários, equipamentos de segurança, caso fosse necessário, e Ticket-Refeição opcionalmente. Os estagiários de 18 a 30 anos de idade deveriam cumprir carga horária de 8 horas diárias de trabalho e os que têm idade entre 14 a 17 anos

[22]"Participam do Programa a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Federação do Comércio do Estado do Maranhão, Associação Comercial do Maranhão, Câmara dos Dirigentes Lojistas, Associação dos micros empresários de São Luís e Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas." (SILVA et al., 2001, p.64).

deveriam cumprir carga horária de 4 horas, sendo compatível com o seu horário de estudo.

Acerca das características das empresas conveniadas ao Programa, estas deveriam ter no mínimo 1(um) empregado. Para receber novos estagiários era necessário cumprir uma carência de três meses,, ou como alternativa, ter contratado pelo menos 30% destes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2003).

Inicialmente, o Programa foi implantado nos municípios de São Luís e Imperatriz, com pretensão de ampliação para outros municípios. Dados de 2003 demonstram que, nesse ano, o referido Programa teve etapas realizadas também nos municípios de Caxias, Bacabal, Coelho Neto, Açailândia, Timon, Balsas, Santa Inês e Itinga, abrangendo 10 municípios no Estado do Maranhão ao todo. A implantação nos municípios guardou limitações em termos de abrangência tendo em vista a necessidade de haver um certo nível de desenvolvimento econômico, capaz de promover um dinamismo nos mercados locais.

No quadro abaixo é possível verificar, por ano, o número de municípios que contavam com esta iniciativa implantada.

Quadro 2 - Municípios beneficiados pelo 1º Emprego (1995-2002)

Municípios beneficiados	Ano
São Luís	1995
São Luís, Imperatriz	1996
São Luís, Imperatriz, Açailândia e Caxias	1997
São Luís e Caxias	1999
São Luís e Porto Franco	2000
São Luís, Imperatriz, Açailândia, Caxias, Santa Inês, Bacabal, Balsas e Timon	2001
São Luís, Imperatriz, Açailândia, Caxias, Timon, Coelho Neto, Santa Inês, Bacabal, Balsas e Itinga	2002

Fonte: Universidade Federal do Maranhão (2003)

Segundo dados levantados em contato preliminar com a então coordenadora do Programa,[23] a última etapa ocorreu em 2003. Durante o ano de 2004 não foi registrada nenhuma etapa por falta de recursos estaduais para financiar o projeto.

Nesta mesma entrevista é relatado que, em 2002, houve algumas alterações no escopo do Programa, tendo ocorrido a ampliação da carga horária do treinamento de 20 para 40 ou 60 horas, dependendo da função, tendo sido também direcionado para formação da mão-de-obra, conforme o estágio que iria ser realizado.

Este aumento da carga horária do treinamento e adequação para o tipo da função a ser exercida pelo participante do Programa teria sido supostamente o responsável pela maior absorção de mão-de-obra ocorrida em 2003, conforme expresso no Quadro 1.

[23] Atualmente este Programa está desativado. As principais funções desempenhadas por esta coordenadora eram: contactar com os empresários, encaminhar os estagiários para realização dos cursos e fazer os devidos encaminhamentos para o mercado de trabalho além das tarefas burocráticas. Contava na sua equipe com 6 técnicos.

4 A EXPERIÊNCIA COM O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO: PARA ALÉM DO QUE FOI DITO

4.1 Os sujeitos nas suas teias de relações

Entendo que um Programa Social não trabalha apenas com as dimensões quantitativas, ainda que estas sejam importantes para revelar a sua eficiência, eficácia e efetividade[24] no momento de sua avaliação. Um Programa Social trabalha com e para pessoas, indivíduos inseridos em um determinado universo social.

Entendo ainda que o recorte de um objeto de estudo é um ato arbitrário. Nesse sentido, o pesquisador escolhe por onde quer conduzir o seu olhar. Entretanto e apesar disso, ao fazer o recorte de um objeto, isso não significa romper com as ligações existentes fora do que foi circunscrito pelo objeto de estudo. Ao contrário, é necessário fazer o exercício do pensar relacional, ou seja, compreender que o "objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades." (BOURDIEU, 1998, p. 27).

Assim, antes de iniciar a análise das informações coletadas, cujo objetivo é o de compreender os significados sociais do *Programa Primeiro Emprego* na vida dos jovens participantes, considerei importante apresentar esses sujeitos dos quais estou falando. Contrariando, assim, as análises positivistas[25], pretendo aqui apresentar, revelar os entrevistados a partir dos seus gostos e distinções e a partir

[24] "Por avaliação de efetividade, entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado Programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo Programa sob avaliação. [..] Por avaliação de eficácia, entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado Programa e seus resultados efetivos. [...] Por avaliação de eficiência, entende-se a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados." (ARRETCHE, 1998, p. 31-32, 34).

[25] Estou usando a palavra positivista aqui para me referir as análises impessoais e pretensamente neutras.

de suas origens e relações familiares, buscando nestes aspectos singularidades e similaridades e, acreditando que essas relações são “luzes” importantes para a compreensão do relato das suas experiências no referido Programa.

São expostos aqui os testemunhos de 17 (dezessete) jovens que foram colhidos, a maioria, nas suas residências espalhadas por 14 (catorze) bairros de São Luís, entre os dias 01/12/2004 a 10/02/2005[26].

A juventude como categoria – De quais jovens estou falando?

Antes de entrar na apresentação dos resultados das informações coletadas, considero importante fazer uma breve abordagem sobre a caracterização da juventude.

Busco, a partir deste esforço, *desnaturalizar* a categoria juventude tomando-a como algo socialmente construído. Em outras palavras, não se trata de algo dado, natural, como nos fazem pensar as armadilhas que nos são impostas pelo senso comum, mas é um ato de classificação arbitrário, impositivo e manipulador.

Nas palavras de Bourdieu (1983, p. 112):

> O reflexo profissional dos sociólogos é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias. É o paradoxo de Pareto dizendo que não se sabe em que idade começa a velhice, como não se sabe onde começa a riqueza. [...] As classificações por idade (mas também por sexo, ou é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar.

Ao tomar a juventude como algo natural e assumir como um critério legítimo de classificação a idade, corre-se o risco de trazer para critérios únicos, grupos sociais que estão inseridos em contextos diferentes. Assim, tomando como base empírica a pesquisa ora apresentada, posso sugerir diferenças importantes na

[26] Os procedimentos que utilizei para encontrá-los já foram expostos na parte deste trabalho dedicado aos percursos metodológicos.

caracterização dos jovens entrevistados, que estão situados em camadas mais pobres da população, dos jovens oriundos de camadas sociais comumente chamadas de classe média ou classe média alta[27], no que se refere, por exemplo, as suas origens familiares e aos seus hábitos de lazer. Desta forma, resgato mais uma vez Bourdieu (1983, p. 114) para afirmar que "é por um formidável abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não têm nada em comum."

A luta pelas classificações e neste caso, a classificação por idades, surge na França no século XVI, para legitimar práticas administrativas, mais precisamente para atender às necessidades estatais, durante os primeiros recenseamentos (LENOIR, 1998, p. 65).

Nos dias de hoje essas "lutas simbólicas" continuam sendo travadas para legitimar interesses de pessoas, de grupos sociais, de instituições.

Novaes e Vannuchi (2004, p. 11) relatam que embora a maioria dos organismos internacionais considere como jovens a faixa etária de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos, "outras idades já são propostas em abordagens acadêmicas, na dinâmica da vida política e na mídia". No caso do próprio Programa Primeiro Emprego este adotou uma classificação própria por idades.

No diário oficial de 07 de julho de 1995, quando foi feita a publicação da Lei nº. 6345 de 03 de julho de 1995 que instituiu o Programa e definiu seus beneficiários, estes foram categorizados como *adolescentes* aqueles que se encontrassem na faixa etária de 14 (catorze) a 18 (dezoito) anos incompletos e de *pessoas* aqueles que se encontrassem na faixa etária de 18 (dezoito) a 30 (trinta)

[27]Por "dever de ofício" já que trabalho na área de Recursos Humanos de uma grande empresa da região, deparo-me diariamente, com jovens oriundos destas classes sociais que, em entrevistas de seleção ou em conversas de orientação de carreiras, relatam os seus hábitos, costumes, habilidades.

anos.[28] Em outro documento denominado “Programa Primeiro Emprego - Informações Gerais” , o público alvo já aparece clivado entre adolescentes de 16 (dezesseis) a 17 (dezessete) anos e jovens de 18 (dezoito) a 30 (trinta) anos.

Durante o período da coleta de informações e ao debruçar-me sobre a análise das entrevistas, não encontrei experiências pessoais relatadas ou observadas que justificassem proceder a uma clivagem por idades para o grupo analisado.

Desta forma, contrariando as classificações formais existentes, estarei denominando-os de jovens os entrevistados que tinham entre 21(vinte e um) e 31(trinta e um) anos durante o período da coleta de informações.

4.1.1 Origem e relações familiares

O tema origem e relações familiares surgiu na pesquisa de forma não direcionada. Foram inicialmente relatos espontâneos dos jovens entrevistados. A partir da quarta entrevista, entretanto, passei a fazer perguntas sobre estes aspectos, visto que neste ponto percebi serem dados fundamentais para compor as “teias de relações” destes jovens e melhor compreendê-los.

Sobre estes ajustes no percurso metodológico e aplicação da ferramenta de coleta de informações, Cortes (1998, p. 34) afirma que:

> Não se deve correr o risco de definir muito cedo as hipóteses e categorias. O período de exploração é fundamental para testar hipóteses preliminares e para construir categorias provisórias que postas a prova podem ser redefinidas ou aprimoradas.

Entendo a família como o primeiro vínculo que o individuo estabelece com a sociedade, é onde são construídos os primeiros laços de afetividade e

[28] Já fiz referência a esta “interessante” classificação em outra nota nesta mesma dissertação.

sociabilidade, além de, também, ser palco de lutas e conflitos. A partir dela são reproduzidas outras relações sociais com o mundo. Conforme Sarti (1999 apud SARTI, 2004, p. 117):

> Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como um universo de relações, que se delimita pela história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressiginificada, à sua maneira, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família.

Dos 17 (dezessete) jovens entrevistados, 9 (nove) ainda moram com a sua família nuclear, composta de pai, mãe e irmãos. Apenas 2 (dois) deles relatam morar somente com a mãe[29] e irmãos, tendo o pai de um deles abandonado a família. A ausência de um pai na família agrava a situação desta, visto que é menos um dentro da família para prover o sustento dos outros. Geralmente os filhos se unem em uma rede de solidariedade[30] para ajudarem uns aos outros e continuarem (sobre) vivendo, conforme pode ser visto no depoimento abaixo, em que o jovem Samuel de 21 (vinte e um) anos é quem ajuda a mãe nas despesas da casa.

> *Entrevistado: [...] o tempo é corrido, aí tem que ajudar, o meu irmão teve que...agora está desempregado, todo mundo está desempregado daqui de casa, papai foi embora daqui [...]*
> *Pesquisadora: Quem mora aqui?*
> *Entrevistado: Aqui? Só eu, minha mãe, meus dois irmãos, a mulher do meu irmão e a filha dele, quem trabalha, só eu e minha mãe* (Samuel, 21 anos).

Um outro depoimento é também revelador desta situação. Neste caso, o jovem entrevistado estava desempregado à época da entrevista e relata que a mãe e a irmã promovem o sustento da casa, esta última tendo inclusive patrocinado a reforma da casa.

> *Agente aqui, nós somos quatro, minha mãe, eu, meu irmão e minha irmã. [...] muita coisa que agente já conquistou aqui em casa foi pelo suor da minha irmã, porque ela já ralou muito, hoje a minha casa pra mim é um*

[29] Segundo dados do IBGE, a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, passou de 16,9% em 1981, para 22,9% em 1995.

[30] Neste caso a solidariedade aqui expressa se refere ao sentido dicionarizado da mesma, ou seja, refere-se a reciprocidade de interesses e obrigações, ou dependência mútua. Não desconheço entretanto que sendo esta fruto de uma construção social, "a adoção de outros critérios pode remeter a uma outra concepção de solidariedade." (SOUSA, 2005, p. 15).

> *palácio, se tivesse um retrato pra mostrar a minha casa antes, hoje eu moro num palácio.* (Lucas, 22 anos).

Mesmo os que moram com pai e mãe, relatam que precisam ajudar em casa com as despesas.

A esse respeito, Zaluar (1985, p. 95) comenta o que segue:

> Assim, parece haver uma alternância entre as cônjuges e os filhos na responsabilidade de contribuir para a renda familiar, se tomarmos a sua participação na força de trabalho como indicativo. [...] Claro está que a renda familiar dos trabalhadores pobres conta hoje com a contribuição substancial dos demais membros da família, além do provedor principal.

Os demais entrevistados, que não moravam com os pais na época da entrevista, são casados[31] ou vivem com parentes ou vivem sozinhos em casas emprestadas pelos parentes. Uma das entrevistadas, que já está casada e constituindo o seu próprio núcleo familiar, relata que continua ajudando na casa de seus pais, porque o pai, principal provedor da família, está doente e não pode continuar exercendo a sua atividade laboral.

> *Eu morava na casa dos meus pais, hoje eu não moro mais lá. Hoje eu me casei de novo... [...] Na 'minha' casa[32] mora minha mãe, meu pai, minha cunhada, ex-cunhada, porque meu irmão morreu há dez anos e ela ainda mora lá, só que até hoje praticamente quem ajuda na minha casa sou eu, porque meu pai vende peixe na feira, ele é diabético sabe? E só vive doente. Aí antigamente, um tempo atrás, ele vendia peixe fiado, mas hoje em dia ele não vende mais, ele não tem dinheiro pra comprar; praticamente quem ajuda lá em casa sou eu. Eu que sustento lá* (Sarah, 23 anos).

Solidariedade foi um dos aspectos mais presentes no depoimento desses jovens. Muitos deles moram em casas, ou quartos cedidos pelos parentes. Visitei muitas casas que foram divididas ou ampliadas em seu já tão pequeno espaço para abrigar novas famílias que vão se constituindo. Nas famílias que crescem também cresce o número daqueles que podem trabalhar e ajudar no sustento.

---

[31] Das 7 mulheres entrevistadas 3 eram casadas com filhos e 1 das solteiras tinha também 1 filho. Dos 10 homens apenas um era casado sem filhos, mas criava a enteada, os demais eram solteiros.

[32] Ao se referir "minha casa", a entrevistada estava falando da casa da mãe, fazendo uso de uma expressão muito comum dentro do universo das famílias , quando os filhos já casados, continuam a se referir a casa da mãe como a "minha casa" ou utilizar a expressão "lá em casa" referindo-se a casa dos pais.

Em pesquisa que tem como tema central o dilema por que passa o jovem operário entre as suas aspirações e as condições objetivas de sua ocupação, Silva (2002) entrevistou 20 (vinte) jovens[33] espalhados em sete diferentes cidades da região metropolitana de São Paulo (zona leste e oeste da cidade de São Paulo, Jandira, Mauá, Cotia, Osasco, Santo André e São Bernardo). E, ao referir-se a suas origens familiares, relata que:

> Comumente, nos terrenos das casas dos pais, eram construídas casas no fundo e em cima para os filhos e os genros que iam se casando; por conseqüência, espaço livre era algo tão ausente quanto o verde escasso na periferia em que habitavam. (SILVA, 2002, p. 99).

Também Zaluar (1985, p. 99), faz referência ao esse aspecto que denominou de solidariedade ao nível do grupo doméstico:

> Mas o resultado final desse quadro de ganhos insuficientes e falta de assistência estatal é criar, em termos de padrões culturais de relacionamento, uma solidariedade ao nível do grupo doméstico ou mesmo da família extensa que talvez seja desconhecida em outras classes, tanto no que se refere à intensidade, quanto às formas específicas de manifestação. O adjetivo individualista pouco caberia nesse padrão, quando sabemos que as necessidades de sobrevivência, inclusive a obtenção de moradia, obriga a cooperação não só de todos os membros da família conjugal, mas também de outros parentes e agregados por ela incorporados.

Apenas uma das entrevistadas mora com o marido, a filha de 2 (dois) anos e a irmã em um pequeno cômodo alugado, composto de cozinha, banheiro e quarto. Entra-se pela cozinha e esta exerce também o papel de sala de estar.

Sete dos jovens entrevistados são oriundos do interior do Estado, e esta se constitui na principal razão para que eles não morem com os pais, que permaneceram no interior. Relatam terem vindo para a capital para estudar, buscando superar as condições sociais impostas a eles por herança.

Daqueles que relataram as atividades laborais dos seus pais, estas são marcadamente atividades subalternizadas e, em muitos casos, precarizadas. Embora não tenha havido predominância em uma atividade específica, podemos

[33] Neste referido trabalho a autora concebe como jovens, pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos.

observar predominância em termos de setor da economia, como no caso do setor terciário com atividades como garçom, serventes e segurança, ou atividades "autônomas" como pescador, feirante, lavadeira, empregada doméstica. Em muitos casos a mãe não trabalha, tendo sido considerada como dona de casa, mesmo quando possuíam uma profissão, como a de "enfermeira"[34]. Uma das entrevistadas relatou que o pai é operário da indústria aposentado, e outro que me disse que o pai, também aposentado, era militar. Estes dois casos, me pareceram os que possuíam as melhores condições em termos socioeconômicos. Embora vivendo em bairros populares, as suas casas eram simples, mas amplas, arejadas e com cômodos como terraço, sala de estar, quarto e cozinha.

No caso das jovens casadas, estas relataram as atividades dos maridos, como sendo de motorista de empilhadeira, auxiliar de almoxarifado, e cobrador de ônibus, ocupações subalternizadas como provavelmente foram as dos seus pais e como são as suas próprias.

4.1.2 Gostos e Distinções – O que os aproxima? O que os distancia?

Oriundos de um programa destinado aos denominados pobres, não foi surpresa para mim, quando logo nos primeiros contatos que fiz[35], eles me falavam que moravam em alguma área da cidade, entendida socialmente como estando destinada para esta população.

Sobre o fato de morarem na periferia, Sarti (2005, p. 33) diz que:

> Ainda que os pobres estejam em toda a parte nas grandes cidades, eles concentram-se na periferia, criando um espaço próprio, reconhecido como o

[34]Acredito se tratar de auxiliar de enfermagem, mas como os entrevistados utilizam o termo enfermeira, optei por ser fiel ao depoimento deles reproduzindo as suas palavras.
[35]No percurso metodológico, discorri sobre as minhas "estratégias para encontrá-los" e sobre os primeiros contatos que fiz.

> seu lugar nas cidades, onde se pode observar e identificar claramente sua maneira de viver, diferente dos moradores das regiões centrais.

Alguns moravam em locais da periferia da cidade, em bairros muito distantes, ou em bairros que guardam características tidas como "nobres" ou destinados para classes mais abastadas, basicamente por se localizarem próximos a rede de serviços e comodidades das cidades, mas que habitam e escondem a sua área "da periferia"[36]. Embora estas áreas, não estejam geograficamente localizadas na periferia da cidade são assim denominadas, compreendidas e aceitas por todos, como pode ser visto no depoimento abaixo, onde o entrevistado confirma, negando que o bairro onde mora é da "periferia".

> *Eu moro num lugar, eu não digo de periferia porque essa área aqui que agente mora não é perigosa, perigosa é lá pra baixo, que eles chamam de Ilhinha, aí sim, essa área do São Francisco, aqui de cima você pode ir ou voltar que não vai acontecer nada* (Lucas, 22 anos).

O entrevistado pretende separar o lugar onde mora de lugares "violentos". Parece tentar, assim, desatrelar a sua condição social, da condição de bandido[37]. A rede social montada para encontrar os entrevistados levou - me dias mais tarde ao encontro de um rapaz que mora nesta parte da cidade "lá pra baixo" conforme depoimento acima, denominada Ilhinha[38], e quando eu perguntei se aquele local se chamava Ilhinha, ele negou e me disse morar no São Francisco, dizendo que Ilhinha era "lá pra cima".

Embora a maioria deles tenha me recebido em suas casas, três deles preferiram marcar em outro local, alegando dificuldade de acesso para as suas casas por serem "muito longe", ou por ser "complicado para explicar como chegar

[36]Dos 17 jovens entrevistados quatro moravam no São Francisco, e os demais moravam nos bairros São Cristóvão, São Raimundo, Jaracati, Parque Vitória, João de Deus, Cidade Operária, Anjo da Guarda, Vila Conceição, Jordoa, Maiobão, Residencial Esperança, Liberdade, Ilhinha.
[37]Sobre a idéia de construção da identidade do trabalhador em oposição a de bandido, ver Zaluar (1985, p.132-169) e Sarti (2005, p. 122-128).
[38]Ilhinha é uma ocupação popular localizada no bairro do São Francisco, ao qual são atribuídos crimes, furtos e o fato de ser um local violento.

lá". Nesses casos, dois deles, eu entrevistei no salão de festas do prédio onde moro, e o outro eu encontrei, no sábado à tarde, em um restaurante, ao lado do local onde trabalha, e onde ele costuma fazer as suas refeições.

Dos seus bairros da periferia, pude aprender que moram em geral em pequenas casas, sem muros, emprestadas ou das famílias. Em geral, as casas se compõem de uma porta e janela, sem muros, contígua à rua.

Segundo Alves (2000), não só o local de moradia serve como principio de classificação do denominado pobre, mas também o tipo das suas moradias.

Ressalto que nestas minhas idas às suas casas, muitas vezes me perdi nas ruas em busca dos seus endereços. Ruas sempre estreitas. O que era para mim familiar, natural, passou a ser exótico, estranho (DA MATA, 1978).

Perguntados sobre os seus hábitos de socialização, como sair com os amigos do bairro ou freqüentar uma religião, traços que aparecem em trabalhos recentes (ZALUAR, 1985; SILVA, 2002; SARTI, 2005), pude perceber diferenças referidas a gênero e ao estado civil.

Com as idades predominando entre 21 e 24 anos, foram entrevistados 10 (dez) homens e 7(sete) mulheres. Dos homens apenas um era casado, e um outro que continuava solteiro morando com os pais, embora a sua namorada tenha tido um filho dele. Desempregado, conservava o desejo de conseguir um emprego que dê "para sair de casa" e "morar com a mulher". Das mulheres, 3 viviam maritalmente, uma estava noiva, três solteiras sendo que destas, uma era mãe solteira.

Dos 17 entrevistados, no momento da entrevista, 4 tinham 21 anos, 4 tinham 22 anos, 3 tinham 23 anos, 3 tinham 24 anos, os demais tinham 25, 27 e 31 anos.

Falaram pouco sobre as suas convivências sociais e os seus hábitos de lazer. O fato de estarem sendo entrevistados para assuntos relativos ao trabalho, agravados pelo fato de, muitas vezes, eu ter sido confundida como sendo representante do referido Programa, pode ter interferido na espontaneidade das suas respostas?

Os homens se aproximam quando alguns falam que têm o futebol e a praia como lazer. Poucos, entretanto, fazem referência a amizades de bairro, ou relatam hábitos de saídas noturnas em turma, como seria de se esperar para rapazes nesta idade. Posso sugerir que as condições financeiras precárias deles próprios e a dos que compõem seus círculos de amizades, aliado à localização dos bairros, os impede de ter acesso ao lazer. Nestes bairros, não pude observar opções de lazer, além de pequenos bares sem infra-estrutura. Praças públicas são raras.

Se distinguem no que se refere ao lazer. Dois deles tocam algum instrumento e isso se constitui na principal forma de diversão, conforme atesta este depoimento: "*Acho que o essencial pra mim, o essencial pra mim é o que? A música. Me tranco nesse quarto e fico direto no teclado*" (Pedro, 27 anos).

Outro prefere jogar fliperama com os amigos do bairro onde mora. Dos que estão empregados, o trabalho aparece como um fator de empecilho para o lazer, relatando que não têm tempo ou que estão cansados, como pode ser visto no depoimento de João de 24 anos, que eu entrevistei em um sábado e perguntei o que ele faria naquele dia de folga:

> *Hoje à noite? Eu não tenho Programa nenhum não, vou dormir mesmo. É o que eu faço final de semana. Sábado eu... eu não vejo a hora de chegar em casa pra dormir. Eu sinto tanto sono, no ônibus, to cochilando direito. Então o que eu faço é isso. Sábado, não, domingo... eu vou sempre pra casa de um tio lá no Parque Vitória. Agente compra o almoço e almoça. Aí eu volto pra dormir. Ou então, quando eu não faço isso, vou lá pro João de Deus, visitar minha irmã, passo o dia lá. É isso mesmo, nada de festa.* (João, 24 anos).

A distinção por gênero e o estado civil traz peculiaridades entre o grupo de mulheres entrevistadas. Aquelas que têm companheiro e filhos, ou só filho no caso de uma delas, relatam “esquecer a parte do lazer”. Parecem se conformar com as suas condições de pouco dinheiro e jornada dupla. Quando perguntei para uma delas se não sentia falta de ter algum lazer, ela me respondeu o seguinte:

> *Demais, (riu embaraçada), demais mais a gente procurou a vida desse jeito, tem que se conformar agora.*
> *É porque não é aquela vida igual que eu tinha antes quando eu era solteira, quando não tinha filhos, que era uma época em que eu podia sair, agora não! Só em casa. De manhã estou aqui (referindo-se a casa) mas de tarde tenho que sair para ir para o serviço, eu chego só umas 11 horas e lá meu serviço não é que eu possa faltar para tá saindo. Então se eu faltar um dia, aí já o pessoal pensa , há ela não vem mais trabalhar amanhã, já não vai lá comprar nada. Aí, eu prefiro não faltar, mas de vez em quando, uma vez no mês, eu tiro um dia para mim sair, sair assim, eu vou no interior, mas só rápido, é só ir lá rápido e venho, agora para mim sair para festa dia de domingo, aí não dá, aí não dá para mim mais, sair mais assim não*. (Rebeca, 23 anos).

No caso das que são solteiras, apenas uma relatou que costuma sair com amigos para boates, shows, bares nas praias.

O estado civil das mulheres entrevistadas guarda em si uma peculiaridade que merece ser explicitada. Das três que viviam maritalmente pude perceber ao perguntar o estado civil que se sentiam um pouco constrangidas por não conservarem o título oficial de “casadas”. Uma delas que teve um filho ainda adolescente, e “mora hoje” com um “homem que não é o pai” do seu filho me disse que: “*Eu sempre sonho assim: quero ter minha família, a minha casa, entendeu? Querer realmente ter uma vida... Sei lá. Não ter uma vida de mãe solteira como eu tenho.*” (Sarah, 23 anos).

Este depoimento demonstra como o fato de ter um companheiro, ainda que socialmente aceito, não confere a elas a segurança e o respeito que desejam ter. Conservam o sonho de demarcar a passagem do estado civil formalmente.

Também é esclarecedor o depoimento de uma outra entrevistada que está atualmente noiva, depois de ter tido uma experiência de casamento aos 16 anos.

> *Porque a maioria das pessoas que casam hoje, acham que é porque ta grávida. [...] Então eu quero seguir, assim, quero ter tudo aquilo que eu não tive, eu namorei, agora noivei, aí a gente vai comprar uma casa, aí que a gente vai casar, vai marcar. Não quero fazer nada nas pressas.* (Verônica, 21 anos).

Sobre esse aspecto, Sarti (2005) diz que embora na vida do dia-a-dia os costumes prevaleçam sobre as regras formais, sobretudo no caso das mães solteiras que trabalham e sustentam os seus filhos, que se constitui em outra forma de afirmação de suas existências sociais, ou como diz a autora uma nova moral, em situações de crise as regras sociais são trazidas à tona como uma forma de acusar e humilhar. Segundo Sarti (2005, p. 129): "Assim é que a categoria amigado, em oposição à de casado, demarca uma fronteira, apesar de sua aceitação na prática, porque o casamento legal torna as pessoas mais respeitáveis".

Nenhum deles relatou professar alguma religião. Apenas um entrevistado disse-me ser catequista e que fazia parte do grupo de música da igreja. O interesse pela música me sugeriu ser a sua principal motivação para se relacionar com a igreja, um outro me disse freqüentar a igreja aos domingos, após eu ter perguntado.

4.2 O olhar de quem viveu o Programa: sentidos e significados

Para compreender os depoimentos obtidos, foi necessário fazer uma série de *aproximações sucessivas*[39], até chegar aos temas selecionados. Em cada tema, a análise promoverá uma articulação entre as experiências vividas no Programa com

[39] Refiro-me aqui a lição de Bourdieu (1998, p. 27) quando nos ensina que um objeto de pesquisa não se faz de uma só assentada, mas que é "um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos pelo que se chama de oficio".

as demais experiências dos entrevistados. Tento desta forma, mais uma vez, *colocar em ação* o pensar relacional coerente com o já postulado acerca da necessidade de pensar o objeto a partir das suas teias de relações (BOURDIEU, 1998). Também farão parte da análise de cada tema as minhas próprias percepções construídas e colhidas ao longo das fases de coleta e sistematização das informações até conseguir transformá-las em *dados construídos*. Ressalto que, estou consciente de que ao promover este tipo de análise, estou postulando um *ponto de vista sobre um ponto de vista* (BOURDIEU, 1997), e como tal compartilho com Bourdieu (1997, p. 3) as mesmas inquietações:

> Como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar *públicas* conversas *privadas*, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas? Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança. Devíamos, pois, cuidar primeiramente de proteger aqueles que em nós confiaram (especialmente mudando, muitas vezes, as indicações como nomes de lugares ou de pessoas que pudessem permitir a sua identificação); mas convinha também, e acima de tudo, procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção aos desvios de sentido.

4.2.1 Breves trilhas para melhor compreender

A maioria dos entrevistados, participou do Programa no ano de 2003. De fato, foram 7 (sete) deste ano, 5 (cinco) que participaram no ano de 2002, 2 (dois) no ano de 2001, 1 (um) no ano de 2000, 1 (um) em 1998 e 1 (um) em 1997.

Atribuo a maior concentração de entrevistados em um único ano, como um desdobramento natural da opção que fiz de identificar os entrevistados a partir do que eu chamei de rede social[40]. Assim, como a minha próxima entrevista estava *condicionada* a indicação feita pelo último entrevistado, geralmente eles me

[40]Já discorri sobre a rede social como forma de identificação dos entrevistados na parte dedicada aos percursos metodológicos.

indicavam pessoas que haviam participado com eles naquele ano ou que trabalhavam ou tinham trabalhado na mesma empresa. Na primeira entrevista que fiz, a entrevistada havia participado do Programa em 2003 e, a partir daí, desdobraram-se as demais indicações.

Não obtive depoimentos de ex-participantes dos anos de 1995[41] e de 1996. Isto, entretanto, não compromete este trabalho de pesquisa por dois motivos: primeiro, na análise comparativa que fiz da experiência relatada pelos mesmos não há pistas de que teria havido modificações no Programa de forma a impactar nos resultados com o passar do tempo; segundo, refere-se a minha opção metodológica. Quando optei por utilizar a rede social como um critério válido, estava consciente que esta me levaria para os caminhos indicados pelos entrevistados. Estava consciente dos riscos que eu estaria correndo ao abrir mão das minhas pré-construções para adentrar em um *mundo imprevisto*. Em virtude disto, não me propus a utilizar como um critério válido de objetivação, o ano de participação no Programa.

Dos 17 (dezessete) entrevistados, 12 (doze) estavam empregados no momento da entrevista. Destes, 10 (dez) se encontravam empregados no mesmo local, onde realizaram o estágio. Os outros 2 (dois) se encontravam empregados em outros locais, executando atividades diferentes daquela executada durante o seu estágio no Programa. Dos que se encontravam empregados na mesma empresa, mais da metade foram participantes do Programa do ano de 2003. Logo, estavam empregados por um período que variava de 12 (doze) a 18 (dezoito) meses no momento da entrevista.

[41]Conforme já exposto acima, o Programa Primeiro Emprego teve o seu edital de lançamento publicado no diário oficial de 07 de julho de 1995.

No entanto, dentre os empregados, eu encontrei jovens que estavam trabalhando na mesma empresa por 3 (três), 4 (quatro) e até 7 (sete) anos. Considero estes, como uma exceção, ressaltando que é mais provável que o tempo de permanência no emprego dos jovens participantes seja bem menor, tendo em vista o tamanho das empresas[42] onde estagiaram e a natureza das ocupações exercidas.

Resgato a avaliação do GAEPP[43], como ilustrativo desta minha afirmação acerca do tempo de permanência no emprego.

Por solicitação da então Secretaria de Solidariedade, Cidadania e Trabalho (SOLECIT), depois chamada de GDS – Gerência de Desenvolvimento Social, o GAEPP realizou uma avaliação deste Programa, no período de setembro de 1997 a janeiro de 1998. A justificativa dos solicitantes foi a de proceder a um redimensionamento do Programa, que estava, então, com dois anos de seu lançamento[44].

Com uma amostra estatisticamente válida de 494 questionários respondidos pelos ex-participantes do Programa, o resultado final sinaliza que "o tempo de permanência foi ou é, predominantemente, de menos de um ano (60,17%) e 22,03% permaneceram ou permanecem de um a dois anos nas empresas enquanto contratados após a finalização do estágio" (SILVA et al., 2001, p. 72).

No tocante aos aspectos relacionados à renda, não houve diferenças significativas[45]. Todos os que estavam empregados recebiam por mês entre R$

[42]Não faz parte do meu objeto de estudo a análise detalhada do tamanho e da natureza das empresas que participaram do Programa. Entretanto, tive acesso a relação das empresas cadastradas para o ano de 2003, notadamente micro empresas, e conto ainda com os depoimentos dos entrevistados que em alguns momentos fazem referência a este aspecto, conforme irei apresentar adiante.
[43]Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e Políticas direcionadas à Pobreza, grupo de pesquisa articulado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas.
[44]Naquele período o Programa estava implantado apenas nos municípios de São Luís e Imperatriz.
[45]O salário mínimo à época das entrevistas era de R$ 260,00.

286,00, o menor valor relatado, até R$ 500,00, encontrados nos casos onde a função exercida era de vendedor e por essa razão poderia ter o salário aumentado, através das comissões de venda. Os valores mais freqüentemente encontrados estavam em torno de R$ 320,00. Outras variações podem ser encontradas, em termos de renda, se for levado em consideração à renda familiar. Como no caso, das entrevistadas casadas, cuja renda familiar variava de R$ 607,00 até R$ 900,00, ou, no caso do rapaz que morava com a mãe e os dois irmãos que estavam desempregados, que o seu salário e o da mãe, em um total de R$ 554,00, constituía tudo que esta família poderia dispor para (sobre) viver por todo o mês.

4.2.2 Sobre os significados da experiência: “Me deram a oportunidade pela primeira vez de trabalhar”

O Programa Primeiro Emprego tinha como um dos seus objetivos promover a inserção de adolescentes e jovens, sem oportunidades, no mercado de trabalho.

Todos os jovens entrevistados – independente de sua condição atual de trabalho – sejam empregados ou desempregados[46], homens ou mulheres, ao falarem sobre o Programa o consideraram *bom* ou *muito bom*. Se estivéssemos tratando de uma pesquisa quantitativa ou uma enquete de opinião, poderíamos concluir que este Programa teria sido um *sucesso*.

Não se tratando, contudo, de uma pesquisa quantitativa ou de uma enquete de opinião, foi necessário *mergulhar* nos depoimentos em busca das pistas acerca dos sentidos e significados conferidos ao Programa por estes jovens.

[46]Uma das minhas hipóteses iniciais quando estava na fase de elaboração do meu projeto de pesquisa era a de que poderia haver percepções diferentes em relação ao Programa caso o jovem entrevistado estivesse empregado ou desempregado.

Ao atribuírem ao Programa o adjetivo de *bom* ou *muito bom*, este esteve sempre atrelado ao fato de "ter tido oportunidade de trabalho" ou "ter tido experiência".

A "oportunidade de trabalho" concedida pelo Programa Primeiro Emprego está sempre atrelada à idéia de que esta "oportunidade" lhes garantiu experiência para continuarem empregados. Assumindo como verdade a idéia de que o fato de não terem experiência de trabalho se constitui nas razões para estar ou não empregado, repetem este discurso, mesmo quando a realidade objetiva evidencia o contrário. Alguns foram diretamente questionados por mim acerca do assunto, conforme pode ser visto no depoimento abaixo:

> **Pesquisadora:** Um dos objetivos do Programa é fazer com que a pessoa tenha experiência para conseguir outros empregos. Tu achas que essa experiência que tu tivestes te favorece, te facilita a arrumar outro emprego?
> **Entrevistado:** *Não que eu vá arrumar só na área hospitalar, mas, acho que é uma força a mais. Tu já trabalhou, principalmente na área interpessoal, com pessoas, relacionamento diário. Acho que isso influi muito. Ajuda.* ***Mais fácil essa pessoa arrumar do que uma que não teve experiência nenhuma, nunca teve um estágio, nunca teve nada****. Tanto sendo uma área que não tem nada a ver, sendo uma outra área, ajuda, ajuda demais.* (Pedro, 27 anos, grifos nossos).

No caso, este entrevistado foi um dos que estavam empregados na mesma empresa onde fez o estágio do Programa e (ainda) não passou pela experiência de, estando desempregado, necessitar, na prática, comprovar a *sua teoria*. Entretanto, em outros depoimentos, pude verificar a presença do mesmo discurso. Como no caso do jovem abaixo que continuava desempregado desde que terminou a sua experiência no Programa.

> Então, a gente já saiu de lá com um pouco mais de experiência, e na questão do primeiro emprego, já veio ajudar, justamente na questão da experiência, que depois de três meses acabou. **Mas hoje eu creio que se eu entrar, retornar ao mercado de trabalho, com certeza eu já vou me sair bem, me sair melhor** [...]. Então, essa foi a minha experiência do acreditar, porque eu acreditei no Programa. (Lucas, 22 anos, grifos nossos).

Outro jovem desempregado acumula na sua trajetória profissional, atividades diversas. Desde que acabou a sua experiência de três meses no Programa Primeiro Emprego executou várias atividades, de serviços temporários em grandes redes de lojas, passando por uma instituição pública e, mesmo executando, até serviço de pintura e jardinagem que ele já executava antes. Mesmo estando em condição de extrema precariedade, exercendo trabalhos temporários que roubam dele as proteções sociais e fazendo "bicos", ainda acredita que o fato de ter tido esta experiência, *ajudou* para encontrar estas citadas ocupações. Nas suas próprias palavras, "*foi através do primeiro emprego que ajudou, porque eles olharam lá a minha ficha do primeiro emprego*" (Mateus, 22 anos) E mais, durante a entrevista eu perguntei se ele já havia pensando como seria a vida dele se ele não tivesse participado do Programa, ele me responde o que segue: "*Eu acho que eu ia ficar no mesmo ritmo, num ritmo assim não muito bom, porque não ia ter experiência de nada.*" (Mateus, 22 anos).

Eles acreditam no discurso da experiência ainda que objetivamente não comprovem isto na sua vivência. Assim, o que os faz atribuir elevado grau de satisfação ao Programa? O que faz alguns acreditarem na experiência como aspecto relevante do Programa? Quais os significados atribuídos à experiência? As respostas para estes questionamentos serão explicitadas mais adiante.

Partindo da idéia do Castel (1988) de que se o trabalho é mais que o trabalho, e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, procurei compreender o sentido desta experiência que me parecia estar para além do tipo de atividade que eles desempenharam durante o Programa, ou dos rendimentos econômicos que recebem.

Um dos aspectos sugeridos está ligado à natureza das ocupações exercidas antes do estágio pelo Programa Primeiro Emprego. Com as suas trajetórias profissionais profundamente marcadas por trabalhos subalternizados e precarizados, as novas posições ocupadas, ou a promessa de vir a ocupar, parece-lhes como um novo sopro de vida.

Dos relatos que obtive acerca de experiência de trabalho anterior, estas foram sempre de empregos domésticos, de garçom, de lavador de carro, de mecânico de oficina de bairro, de jardinagem, de pintura, de vendedor de um comércio pequeno, de entregador de panfletos nos sinais, de vendedor de espetinhos na praia.

Nem todos os entrevistados relataram ter tido experiência anterior ao estágio no Programa. Entretanto, em alguns casos eu percebi que negavam a experiência, mesmo tendo tido. Para este aspecto atribuo significados diferentes. Muitos deles ficavam surpresos com a pergunta e negavam, de forma veemente, como se admitindo ter tido experiência, estivessem cometendo algum tipo de fraude, visto que um dos pré-requisitos do Programa referia-se a jovens sem experiência no mercado de trabalho. Outros, entretanto, atribuíam a *experiência* o fato de ter tido a carteira assinada e faziam questão de afirmar que “com carteira assinada, só no primeiro emprego”. Logo, na opinião deles, não teriam experiência anterior, ainda que tivessem desempenhado outro ofício.

No caso das mulheres que foram empregadas domésticas, a maioria adotou eufemismo para descrever este trabalho, tais como *“eu morava em casa de família”* ou *“eu cuidava dos filhos”.* Neste aspecto, merece destaque a experiência de uma entrevistada de 25 anos que morou *“em casa de família”* por 8 anos, desde os 10 anos de idade, nas palavras dela “me criava lá”. Quando eu perguntei se ela

executava trabalhos domésticos, ela me disse: "*não, eu cuidava de uma menina. Ela era deficiente, e eu tomava de conta dela. Muito tempo eu fiquei lá, 8 anos.*" (Maria, 25 anos).

O sentido e o significado da experiência com o Programa Primeiro Emprego para esta jovem, está diretamente atrelado à natureza de sua ocupação anterior, ao desejo de mudar a sua condição social, de alterar o seu destino. Assim, encontrou a sua oportunidade neste Programa que eles "*pegam com unhas e dentes*", conforme atesta neste depoimento:

> *Eu sai de lá. Os 3 meses que eu tava no meu primeiro emprego eu fiquei lá, depois que eu me fichei, eu sai. Que eu já tinha conseguido um emprego, e também em casa de família não dava mais. Também eu tinha meu emprego.* (Maria, 25 anos).

Fica claro neste ponto a ambigüidade constante no depoimento desta jovem, que se, por um lado, nega trabalhar em serviços domésticos, em seguida, afirma que "não dava mais" para trabalhar "em casa de família".

Em outro momento da entrevista, quando eu a questiono sobre os efeitos do Programa na sua vida, ela, mais uma vez, faz referência à sua ocupação anterior, conforme pode ser visto a seguir:

> *Mudou muito. Primeiro porque eu saí daonde eu tava que eu sempre sonhei sair de lá e ter meu próprio emprego. E muita coisa mesmo. Assim, depois do meu primeiro emprego eu ainda indico outras pessoas pra procurar porque é bom. [...] como eu entrei no primeiro emprego, foi através do primeiro emprego, eu sou até hoje, sabe, me esforço, faço de tudo pra tá sempre trabalhando certinho e tudo. Primeiro emprego pra mim foi, digamos, o início da minha carreira*. (Maria, 25 anos).

É também ilustrativo o caso de um rapaz que tendo sido lavador de carros, tem *medo* de perder a sua ocupação atual, que é de vendedor de tecidos. Deseja fazer um curso técnico. Entretanto, para isso precisaria realizar um estágio no final e teme não voltar a se empregar, conforme pode ser visto neste comovente depoimento.

> *Eu fico um pouco assim com medo de fazer um curso...minha intenção é fazer um curso pra mim ver se eu consigo um emprego agora nessa siderúrgica que tão construindo.*
> ***Pesquisadora: Curso de que?***
> *De... segurança do trabalho. Eu queria vê se eu conseguia fazer um curso, mas só que eu fico com um pouco com medo de fazer um curso, porque vai que eu pegue um estagio de três meses e tal nessa siderúrgica, eu vou ter que dá baixa no meu serviço aí eu saio do serviço e vou fazer esse estagio, se eu não ficar no estagio? se eu não consegui ficar no emprego? aí eu perco meu emprego eu já fico sem, eu já vou voltar pro zero de novo. Aí eu fico com um pouquinho de medo. [...] Pro zero eu vou voltar porque parado eu não vou ficar eu vou voltar praticamente a lavar carro*. (Davi, 24 anos).

Outro aspecto sugerido em relação ao sentido e significado deste Programa para estes jovens refere-se à identidade social conferida a quem está empregado, a quem é trabalhador. Sarti (2005), chama este fenômeno de "valor moral atribuído ao trabalho":

> É através do trabalho que demonstram não serem *pobres*: através de sua *honestidade*, sua disposição de *vencer*, tornam-se, por esses atributos morais, *iguais a eles*. *Vencer* não significa necessariamente ascender socialmente, mas se afirmar pelo valor positivo do trabalho. [...] **O valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente**. (SARTI, 2005, p. 89, grifos nossos).

O trabalho obtido através deste Programa, confere a eles uma existência social que estava negada. Sentem-se "*cidadãos*", ou fazendo uso de uma expressão do Castel (1988), eles se sentem *úteis para o mundo*[47]. Saem de suas condições de invisibilidade para serem "alguém".

O depoimento abaixo deste entrevistado que continuou empregado na mesma empresa onde estagiou, demarca o que falo sobre a identidade social conferida através do trabalho:

> *Meu primeiro dia levantei cedinho, todo alegre, ia começar a trabalhar, eu pensando '**vou ser um cidadão agora'**. **que antes sem serviço, sem nada, ia ser ninguém**. Então me veio aquela alegria, vou ser cidadão, cedinho da manhã. Aí essa chance que o Primeiro emprego me deu. [...] Sou vendedor e tem bastante cliente que vem a procura de mim [...] Isso é*

[47]Castel (1998) ao discorrer sobre o que ele chama de déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, por ele entendido como lugares aos quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público, diz que há uma parcela da população que fica fora do processo, são excluídos, invisíveis, são inúteis para o mundo.

> *muito... isso me... ficam me elogiando...me colocando para cima. Tudo isso eu devo ao primeiro emprego. Se não fosse o primeiro emprego eu não tinha essa oportunidade….* (João, 24 anos, grifos nossos).

O fato de terem tido experiência de trabalho comprovada, carteira assinada, e terem estado, ainda que momentaneamente, empregados, dá aos jovens do Primeiro Emprego, a esperança de ter um futuro melhor. Ter tido esta *oportunidade* que eu chamo de ter tido existência social, é tão viva e real para eles que, mesmo aos que estavam desempregados, ela aparece de forma consistente, como no trecho abaixo de uma das entrevistas:

> *A experiência foi ótima por causa da questão de aprender, quando eu entrei lá, não tinha experiência de nada [...] agente era dois. Então, agente já saiu de lá com um pouco mais de experiência, e na questão do primeiro emprego, já veio ajudar, justamente na questão da experiência, que depois de três meses acabou. Mas hoje eu creio que se eu entrar, retornar ao mercado de trabalho, com certeza eu já vou me sair bem, me sair melhor.* (Lucas, 22 anos).

Não posso deixar de resgatar o que este jovem diz mais adiante nessa mesma entrevista, ao expressar o significado do trabalho para ele, além de relatar o que sente ao saber que embora tenha saúde não consegue emprego: "*Eu tô esperando, e aí bate o desespero, bate a tristeza, porque quando você trabalha você se sente vivo, se sente mesmo útil, que é tão difícil você saber que é bom, que é bom fisicamente e tudo e não ter oportunidade*". (Lucas, 22 anos).

A experiência é, então, para eles um atributo de distinção perante aqueles que supostamente não a possuem. A rigor, na prática, não se constata que o fato de terem tido experiência vá lhes garantir novas ocupações. Os que estão empregados em outras atividades e locais diferentes do estágio realizado pelo Programa Primeiro Emprego, relatam que se empregaram por indicação de conhecidos. Percebo que a experiência anterior não foi um fator determinante de inserção desses jovens após o referido Programa. Na realidade, a experiência neste Programa constitui-se como

mais uma experiência na longa peregrinação em busca de uma colocação no mercado de trabalho.

Conforme pode ser visto no depoimento a seguir, a jovem entrevistada relata a sua peregrinação na precariedade após a sua experiência no Programa, alternando trabalhos temporários sem carteira assinada e o desemprego. Embora exercendo diferentes tipos de atividades, indicando que a experiência anterior não é de fato algo relevante, ela declara que para ela é bom, por estar acumulando experiências diferentes. Conforme depoimento a seguir:

> *Não, aí eu fui trabalhar, eu trabalhei dois meses numa floricultura aqui, como vendedora, só que... lá eu comecei a fazer tudo também, eu era caixa... era só eu e outra menina, então, como ela já me conhece, ela botou pra mim ser responsável da loja, eu que abria a loja, fazia conta com ela... Aí de lá eu fui estagiar no Banco do Brasil da Cohama, eu fiquei 1(um) mês lá, porque eu tava tirando férias de uma pessoa e estagiando ao mesmo tempo e, como as férias dessa menina terminou ela teve que voltar... Agora vai ter outras férias aí em janeiro, eu vou começar de novo.* ***Eu tô tendo experiências diferentes, uma coisa de cada****. Vendedora, lá no Banco do Brasil eu tava sendo telefonista, mas eu tava também fazendo tudo, eu tava de secretária. Eu acho que eu nunca fui assim, uma pessoa me botar pra fazer só aquilo e eu ficar só naquilo. Eu sempre procurei aprender outras coisas, fazer outras coisas. É assim que eu sou*. (Verônica, 21 anos, grifos nossos).

Segundo Castel (1998, p. 528):

> O desemprego recorrente constitui, pois, uma importante dimensão do mercado de emprego. Toda uma população, sobretudo de jovens, aparece como relativamente empregável para tarefas de curta duração, alguns meses ou algumas semanas, e mais facilmente ainda passível de ser demitida. A expressão 'interino permanente' não é um mau jogo de palavras. Existe uma mobilidade feita de alternâncias de atividade e de inatividade, de virações provisórias marcadas pela incerteza do amanhã.

Cabe questionar, para que serve acumular tanta experiência?

De fato, ainda que "experientes" contam consigo mesmo: "*eu acho que é isso que o ser humano tem que falar acho que a frase que todo ser humano tem que levar pra vida é: "eu quero, eu posso, eu consigo", eu acho que é essa frase, que vai se chegar*" (Lucas, 22 anos) ou com Deus : "*mas vai aparecer ainda, se Deus quiser vai aparecer*" (Miriã, 24 anos) para encontrar um "lugar ao sol".

Parecem não saber que estão nas mãos de um mercado cada vez mais excludente e de um conjunto de Políticas Públicas que não respondem às necessidades de amenizar os problemas estruturais causados por esta economia globalizada. Ignoram o fato de que a crença em si mesmo ou a crença em Deus pouco pode fazer para alterar os seus destinos.

4.2.3 Sobre condições de trabalho e o desafio da inserção: “É certo que não é um trabalho muito bom, mas tive essa oportunidade e tô segurando”

É inegável o caráter subjetivo existente em relação à percepção dos entrevistados sobre o Programa Primeiro Emprego. Já discorri acima sobre o caráter simbólico existente no fato de ter sido concedida a tão desejada experiência. Entretanto, há aspectos objetivos que são importantes para indicar a efetividade deste Programa na vida dos seus participantes. Alguns destes estão sendo, na presente dissertação, expostos como condições de trabalho e o desafio da inserção, tendo como dimensões analíticas fundamentais a atividade executada e o tamanho e o ramo de atividade das empresas, pois segundo Pochmann (2000, p. 54):

> Hoje o padrão de inserção ocupacional do jovem apresenta sinais inquestionáveis de alteração. Existe uma crescente instabilidade do padrão ocupacional diante da baixa capacidade da economia brasileira gerar postos de trabalho mais qualificados e em grande quantidade. Os empregos criados, além de insuficientes são em geral precários, principalmente nos setores de serviços básicos (limpeza, segurança, garçom etc.).

Na avaliação feita sobre o Programa Primeiro Emprego pelo GAEPP, no período de setembro de 1997 a janeiro de 1998, foi apontado que 70,48% das

empresas eram do ramo de comércio, além do fato de que das empresas cadastradas, 77,08% estavam classificadas como micro empresas[48].

O fato de ter grande concentração de micro empresas participantes do Programa parece ter refletido negativamente no objetivo deste de viabilizar a experiência profissional e garantir inserção dos jovens no mercado de trabalho. Na opinião da maioria dos entrevistados, as micros e pequenas empresas têm poucas possibilidades de contratação, além de disporem de poucos recursos que garantissem um saber laboral capaz de facilitar a inserção e a permanência no mercado, conforme pode ser visto no depoimento abaixo:

> *Quando eu fui, eles me colocaram para treinar como operadora de caixa, só que eles me colocaram em um supermercadinho aqui na feira, quando eu cheguei era essas máquinas manuais, não era como agora essas máquinas informatizadas, e a pessoa, o empresário não me deu muita assistência [...] aí eu falei, pôxa eu não vou aprender nadinha com esta máquina aqui, nem nesse supermercado e esse empresário desse jeito não tem condição em contratar, porque é um supermercadinho pequeno, as pessoas que trabalham lá geralmente são pessoas que não tem nem segundo grau . Ele não tem nem como eles me contratar, nem para operadora de caixa, tem duas ainda que trabalham no final de semana, são filhas dele.Não tem condição. Aí, eu fui lá no SINE e falei que queria mudar, se tinha possibilidade de eu mudar, aí eles me falaram que tinha uma loja no shopping que estava precisando de estoquista, lá foi pior, porque eu não peguei experiência nenhuma porque eu ficava no estoque de uma loja que era bem pequenininha, tinha pouco material, era só de vender sapatos e uniforme esportivo*. (Miriã, 24 anos).

Mesmo quando não diziam respeito a si mesmo, estes relatavam conhecer alguém que passou por estas circunstâncias, conforme abaixo:

> *Aqui perto mesmo eu vi, pessoas acabou os três meses de estágio que não teve muito aproveitamento, até porque o local que ficou não teve o quê aprender e quando terminou os três meses a pessoa continuou desempregada. Porque tava num local que o dono não tinha condições de contratar aquela pessoa depois e acabou a pessoa ficando desempregada e sem experiência*. (Marta, 31 anos).

[48]O SEBRAE utiliza os critérios abaixo para classificação de empresas por tamanho.

Tamanho das empresas	Comércio e Serviço	Indústria
Micro	Até 10 empregados	Até 19 empregados
Pequena	Até 19 empregados	Até 50 empregados
Média	Até 100 empregados	Até 500 empregados
Grande	Mais de 100 empregados	Mais de 500 empregados

Fonte: GAEPP, 1988.

Um aspecto importante a ser ressaltado no depoimento acima da jovem Miriã, refere-se ao fato de ter ficado perambulando entre empresas em busca de adquirir conhecimentos mais consistentes. E, apesar dos seus esforços essa busca demonstrou-se inútil, haja vista que ela declara ter sido pior a experiência, porque a empresa que ela foi "*era bem pequenininha, não tinha como aprender nada*". A experiência aqui referida nos dois casos, diz respeito à prática laboral e ao aprendizado relacionado.

Outros depoimentos dos jovens entrevistados relatam essa mesma peregrinação:

> *Só que no começo foi ruim, porque no primeiro dia eles me botaram pra uma loja, eu não fiquei lá nessa loja que me botaram; aí nisso eu voltei lá no Sine e me botaram pra outra loja, eu não fiquei, eles não estavam precisando. Aí, na última... na terceira foi que eu fiquei, foi lá no antigo Itarec, eu fiquei uns três meses trabalhando lá, só que eu fiquei só uns três meses porque era muita gente lá*. (Rebeca, 23 anos).

Ainda em relação às empresas que participaram do Programa Primeiro Emprego, houve alguns relatos que indicaram que estas se utilizam do Programa para contar com uma mão de obra sem custo, visto que, na maioria das vezes, não tinham nenhuma intenção de contratar o referido participante. Como o Programa se dava por etapas com duração de 3 (três) meses cada uma, a cada etapa a empresa renovava o seu quadro de funcionário com novos jovens. Conforme pode ser visto no depoimento do jovem abaixo:

> *Ele explicou pra gente que ele não estava precisando de funcionários que ele estava aproveitando os funcionários só pelos três meses de estágio. Terminasse ele não ia ficar, não era por ele, também era por causa de financeiramente, por dinheiro para pagar o funcionário*. (Mateus, 22 anos).

De fato, a forma como foi formulado o Programa favorecia esse tipo de ação das empresas cadastradas, visto que o Governo do Estado pagava o salário dos participantes durante os três meses de estágio e os custos da empresa se referiam apenas ao almoço, e ao vale-transporte, quando era o caso, já que muitas

vezes as empresas preferiam os jovens moradores das redondezas onde a empresa estava instalada. Quase sem custos, muitas empresas aderiam ao Programa deliberadamente para fazer uso do dinheiro público. Neste caso, ocorre uma inversão na lógica das políticas sociais, uma vez que o maior beneficiário do Programa passa a ser a iniciativa privada e não a população dita alvo, neste caso, a juventude pobre e excluída do Maranhão.

Ao longo do Programa, parece ter havido esforços do SINE, no sentido de minimizar estes aspectos, conforme relata uma jovem entrevistada que participou do Programa em 2003:

> *[...] porque as pessoas mesmo do primeiro emprego comentaram, os organizadores, que havia empresas que só ficavam com aqueles jovens por aquele período, não queriam mais, então eles estavam até evitando mandar os jovens para este tipo de empresa, porque eles estavam só se aproveitando deles.* (Eva, 21 anos).

Outro aspecto a ser ressaltado, se refere à atividade executada que se constitui em outra via fecunda de análise capaz de objetivar de que forma esses jovens foram inseridos no mercado de trabalho, ainda que temporariamente.

As atividades relatadas pelos 17 (dezessete) entrevistados foram: embalador de supermercado, vendedor de loja, operadora de caixa de supermercado, porteiro, serviços gerais, estoquista, recepcionista, auxiliar de enfermagem, operador de foto copiadora, mecânico e auxiliar de almoxarifado. Destes, 7 (sete) estagiaram como vendedor em lojas, o que se constitui em algo esperado levando em consideração a maior incidência de empresas do ramo do comércio, conforme visto acima.

Como resultado das informações coletadas durante a fase de pesquisa documental, segue um quadro com o demonstrativo dos encaminhamentos por função mais freqüentes feitos no período de maio a outubro de 2003.

Quadro 3 - Demonstrativo de encaminhamento por função no período de maio a outubro de 2003

Função	Freqüência	% Em Relação a Total Encaminhamentos
Vendedor	426	22,6%
Balconista	213	11%
Atendente	163	8,6%
Empacotadores	160	8%
Auxiliar Serviços Gerais	142	7,5%
Auxiliar de Escritório	123	6,5%
Recepcionista	97	5%
Serviços Gerais	91	4,8%
Repositor	78	4,1%
Auxiliar Administrativo	46	2%
Total	1539	82%
Outros[49]	345	18%
Total Encaminhamentos	**1884**	**100%**

Fonte: Maranhão (2003)

Conforme pôde ser ilustrado no quadro acima, 82% dos encaminhamentos foram feitos para as funções de vendedor, balconista, atendente, empacotadores, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de escritório, recepcionista, serviços gerais, repositor e auxiliar administrativo, com grande concentração (43%) de encaminhamentos para vendedor, balconista e atendente, atividades ligadas ao ramo do comércio.

As atividades para as quais os entrevistados foram encaminhados são naturalmente diferentes entre si, em virtude do ramo de atividade da empresa onde

[49]As funções que estão classificadas como OUTROS são: ajudante de montagem, ajudante de padeiro, almoxarife, aprendiz de máquinas, auxiliar de biblioteca, auxiliar de contabilidade, auxiliar de depósito, auxiliar de eletricista,auxiliar de eletrônica, auxiliar de estoque, auxiliar de laboratório, auxiliar de loja, auxiliar de manutenção, auxiliar de produção, auxiliar educacional, auxiliar de encadernação, auxiliar de enfermagem, auxiliar mecânico, auxiliar de recursos humanos, auxiliar técnico, auxiliar técnico em informática,camareira, cobrador, crediarista, demonstradora, digitador, eletricista, eletricista de manutenção, emissor de passagens, encadernador, entregador, estoquista, faturista, fiscal de loja, frentista, garçom, mecânico, motorista, Office boy, operador de caixa, operador de máquinas, operador de tele marketing, operador de xerox, padeiro, porteiro, professora, rotuladora, secretária, segurança, serigrafista, técnico de enfermagem, técnico de laboratório, técnico de contabilidade, técnico em eletrônica, técnico em refrigeração, telefonista, vigilante, zelador.

fizeram o estágio, mas se aproximam no sentido de serem atividades que possuem característica de subalternidade. Em geral posições ocupacionais que não viabilizará a eles a oportunidade de ampliar seus acessos. Conscientes disso buscam ter outras atividades no futuro.

Embora relatem determinado tipo de atividade, na realidade foram e são demandados por fazer atividades adicionais, não relacionadas ao escopo do trabalho. Como, por exemplo, no caso de empresas do ramo do comércio e de serviços, em que os jovens além da atividade de venda, desenvolviam também a atividade de limpeza do estabelecimento. No depoimento enfático da jovem abaixo, ela estava estagiando em uma loja como estoquista, mas tinha como atribuição diária fazer a limpeza da loja:

> *Aí eu ficava lá em cima, o dono não queria nem que eu descesse porque eu estava com a camisa do primeiro emprego, ele não queria que o pessoal soubesse lá...eu achava assim, porque ele não queria que eu descesse para baixo da loja, só ficasse no estoque, em um local quente, eu chegava tinha que limpar logo, passar pano molhado, ele mesmo disse para a menina que trabalhava, porque eu sempre conversava com a vendedora, que quando eu chegasse era para eu limpar o vidro, passar pano molhado, subir e não descer pra loja, a única coisa que eu aprendi foi uma coisa que eu já sabia, que foi arrumar casa, passar pano molhado, foi a única coisa que eu aprendi que era uma coisa que eu aprendi quando eu era doméstica*. (Miriã, 24 anos).

Em um outro depoimento, um jovem mecânico reclama do mesmo desvio de função: "*Só que foi um lado que o dono da oficina era muito exigente queria pra mim fazer coisa que não era da nossa área, limpar banheiro, ficar limpando a sala dele, passando pano e tal e isso era uma coisa que eu não gostei muito não*". (Moisés, 21 anos).

Seria esta a tão propalada polivalência e multifuncionalidade destinada aos jovens pobres?

Neste caso de assumirem atribuições fora do escopo do trabalho contratado, destaco ainda o depoimento de uma jovem que, durante os meses de

estágio e os outros meses em que permaneceu na empresa, fez todo tipo de serviço na loja, incluindo pedidos particulares para colegas de trabalho. Tal situação nos remete ao fato de que a condição de exploração do trabalho e as (não) condições de um trabalho digno são também patrocinadas por aqueles que o sofrem:

> *Eu fui, assim, quase explorada, porque eu nunca trabalhava o horário certo, trabalhava mais do que devia, além de fazer mais do que eu devia... Eu fazia mais do que tinha que fazer, eu tinha que fazer coisas que nem eram assim da loja, entendeu, que praticamente assim, tavam abusando.* ***Assim eu tinha que fazer compras pra pessoa que trabalhava lá, fazer pagamento dela, pessoais, tinha que buscar café da tarde na casa de uma delas, era assim.*** *Então eu já tava um pouco abusada*. (Verônica, 21 anos, grifos nossos).

Em relação à jornada de trabalho durante o estágio, um dos entrevistados relatou que trabalhava muitas horas além da jornada prevista pelo Programa:

> *Também tinha uma outra coisa lá que eu não concordava, que tinha que chegar antes das oito e lá no curso que eu fiz eles diziam que era das oito até o meio dia e almoçava até as duas horas e começava até as seis da tarde, dezoito horas, no caso, só que lá eu ia até nove horas da noite, ficava lá e era só um salário que eu ganhava, ganhava só um salário*. (Moisés, 21 anos).

Alguns jovens permaneceram empregados nas empresas onde estagiaram. Diante do exposto acerca das condições do estágio, creio ser pertinente questionar. Em quais condições de trabalho se encontram inseridos os jovens do primeiro emprego após o estágio?

Todos relataram ter a carteira assinada fazendo jus aos benefícios constantes na CLT[50]. Entretanto, no que se refere a uma rede adicional de proteção social privada, apenas uma entrevistada me disse que possuía um plano de saúde que parte era custeado pela empresa e parte pelos empregados.

No quesito carteira assinada merece registro algumas experiências relatadas que temo não serem isoladas.

[50]Consolidação das Leis Trabalhistas.

Um dos entrevistados me disse que a carteira dele era assinada com o valor de um salário mínimo. Entretanto, como se tratava de uma loja onde ele atuava como vendedor, ele não recebia o valor que constava na carteira de trabalho. O salário dele dependia das comissões obtidas em cada venda, podendo assim receber a cada mês valores maiores ou menores do que constava no seu registro de trabalhador.

> **Pesquisadora: Quais são os benefícios que tu tens lá?**
> Paulo: *Pra falar verdade, agente tem carteira assinada, agente não tem plano de saúde, agente não tem almoço, que era pra ela dar, agente não tem hora extra, sabe o que agente tem lá só? Só a comissão, nem o salário não têm.*
> **Pesquisadora: Tu não tens salário fixo?**
> Paulo: *não*.
> **Pesquisadora: Mas, tu tens carteira assinada?**
> Paulo: *assinada*.
> **Pesquisadora: E de quanto é o salário?**
> Paulo: *Tem um salário de R$ 300,00, mas, agente não recebe. Recebe só o que faz, se a pessoa não fizer, não ganha nada. Não ganha nada.*

Uma outra jovem permaneceu por um ano na empresa que estagiou sem ter tido a carteira assinada, conforme pode ser visto no depoimento a seguir:

> *Contratada entre aspas porque ela disse que nós tínhamos mais três meses de experiência, então ela... eu fiquei lá quase 1 ano, contratada mesmo só pela boca, porque carteira assinada, ela nunca assinou minha carteira. Quase 1 ano assim. Aí chegou o começo do outro ano, teve que demitir as pessoas porque as vendas caíram. E ela falou que as vendas estavam muito fracas e ela tinha que demitir. Só saiu eu e a outra menina que não tinha carteira assinada, que era do primeiro emprego. E ficou os outros que já tinham carteira, já tavam lá há muito tempo*. (Verônica, 21 anos).

Também destaco um outro depoimento em que o jovem não permaneceu empregado após o estágio. Entretanto, relata que os demais empregados da empresa trabalhavam sem as proteções trabalhistas devidas:

> *Tinha um que trabalhava o mês todinho e ganhava só meio salário, ficava das oito até ás vezes as dez da noite e eu dizia: rapaz tu tem que procurar teus direitos, não, ele não ganhava um salário todo, ficava o dia praticamente todo naquela oficina, não ganhava décimo terceiro, carteira não era assinada de nenhum deles.[...] Nenhum, eu convenci eles de falar com alguém do órgão competente mas eles não quiseram acho que porque ficaram com medo de sair do serviço, só tinha só aquele, e todos eles tinham família, aí não podia arriscar. Aí eu ficava com pena deles, sinceramente*. (Moisés, 21 anos).

Fica evidente a falta de fiscalização do SINE quanto às condições das empresas cadastradas no Programa, ação no meu entender de fundamental importância para garantir o atingimento dos objetivos deste. Nesse sentido, houve baixa articulação deste órgão com o órgão de fiscalização do trabalho, tal como a DRT[51], para garantir um padrão digno de inserção para estes jovens, livrando-os de ter a "precariedade como destino" no dizer de Castel (1998), bem como para fazer bom uso do dinheiro público "investido".

Ressalto que faz parte do conjunto de documentos do Programa um convênio que era celebrado entre o Governo do Estado através da Gerência de Desenvolvimento Social – GDS e a empresa cadastrada, onde consta como uma das obrigações da GDS, o encaminhamento à Delegacia Regional do Trabalho da relação de todas as empresas conveniadas com o nome dos respectivos estagiários.

Em termos de jornada de trabalho, para os que ficaram empregados, destaco em especial as jornadas do comércio que sempre excedem em muito às 44 horas semanais. O relato de maior discrepância se refere a um dos entrevistados que afirma trabalhar de 10 da manhã às 22 horas, de segunda a sábado e ainda aos domingos a cada 15 dias. Não tem horário fixo embora, segundo seu depoimento, os empregados "implorem" por isto.

> *É porque ela não quer mesmo que agente venha pra casa assim cedo. Vai fazer o quê em casa? 'Ah! Esse pessoal não quer trabalhar!' aí começa aquela humilhação toda. Que agente não trabalha, não faz nada.[...] teve uma vez que nós fizemos foi implorar para ela – 'faz um horariozinho pra gente..' 'Ah, eu vou pensar no caso de vocês, daqui para o dia quinze.' Nós pedimos para ela foi no dia 05 de outubro, ela falou que ia pensar lá para o dia 15 de novembro, como é que pode? Porque fazer isso? Eu acho isso muita sacanagem, muita humilhação, agente leva muita humilhação naquela loja*. (Paulo, 23 anos).

Dos demais depoimentos de pessoas trabalhando em outros ramos não houve relatos de jornadas muito extensas que ultrapassasse às 44 horas semanais

[51] Delegacia Regional do Trabalho.

previstas em lei, embora já existam alguns estudos que apontam para aumento na jornada de trabalho dos jovens. Conforme destaca Pochmann (2000, p. 31): “Quase 40% dos brasileiros ocupados com idade entre 15 e 24 anos encontram-se submetidos a jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domiciliar da Fundação IBGE”.

Entretanto, durante o tempo no trabalho, parecem ser aproveitados até a exaustão. As queixas sobre o caráter cansativo da atividade laboral executada foi uma constante em todas as entrevistas. Em geral com os quadros reduzidos para atender às exigências das reestruturações em busca da melhor eficiência “mais com menos” - que significa lucrar mais com menos pessoas no quadro de funcionários - os jovens são compelidos a trabalhar muito mais nas horas regulamentares, sob pena de por “baixa eficiência” serem dispensados e se verem sem trabalho e sem o pouco que têm, conforme é confirmado no depoimento da jovem abaixo:

> *Certo que não é um serviço muito bom [...], mas tive essa oportunidade e tô segurando. Não é muito bom, porque é muito cansativo mesmo.*
> **Pesquisadora: Mas porque é cansativo?**
> *É muito trabalho. Como lá tá sobrecarregado pra todo mundo, agente trabalha muito mais, muito mais.* (Sarah, 23 anos).

4.2.4 Sobre educação e qualificação: “nunca mais deu para eu conciliar estudo com trabalho”

Os temas educação e qualificação são centrais na compreensão das possibilidades de inserção social dos jovens e de superação das condições de privações em que especificamente os jovens pobres se encontram.

Ademais, o debate em torno da qualificação sustenta o discurso da empregabilidade nestes tempos “globalizados”. Importante ressaltar que respaldado neste discurso estão sendo formuladas as Políticas Públicas para o mercado de

trabalho, onde a responsabilidade por estar empregado ou desempregado passa a ter uma conotação individualizada. Neste sentido, o Estado passa a ter uma função de viabilizador de condições para inserção e não mais como um fomentador de novas vagas. No caso do Programa Primeiro Emprego, este postulou como um dos seus objetivos "qualificar/requalificar adolescentes e jovens no sentido de continuarem atuando no processo produtivo". Para atingir este objetivo, fazia parte do seu escopo de ações proporcionar treinamento para os jovens participantes antes que estes fossem encaminhados para as empresas onde iriam realizar o estágio.

Antes de adentrar nas informações acerca das condições educacionais encontradas nos jovens entrevistados e das (im)possibilidades de qualificação e requalificação relacionadas ao treinamento oferecido pelo Programa Primeiro Emprego, convêm destacar o cenário acerca da trajetória educacional dos jovens no Brasil.

Segundo Pochmann (2000, p. 25):

> Apesar de registrar entre os jovens taxas de analfabetismo quase 1/3 superior ao conjunto da população nacional, o país tem um a cada 10 jovens analfabetos, além de registrar um quadro de baixa indicação quanto ao sucesso educacional. Se levar em consideração o conceito de analfabetismo funcional, isto é, pessoas de 15 a 24 anos de idade e com menos de quatro anos de estudo, chega-se a 22% de jovens brasileiros. Na região Nordeste são 40% dos jovens, enquanto na região Sul são 11,2% dos jovens contabilizados na categoria de analfabetos funcionais.

Ainda segundo este mesmo autor:

> Nota-se nos anos 90 uma reação positiva dos jovens em relação à educação. A rápida elevação de 85% das matrículas no ensino médio contra 21,5% no ensino fundamental e de 33,2% no ensino superior reflete a motivação do jovem entre 15 e 20 anos de idade em ocupar durante mais tempo de vida a escola de nível médio, pelo menos. [...] O ensino superior, no entanto, segue distante da maior parte dos jovens do país. (POCHMANN, 2000, p. 28).

De fato, as exigências do mercado em torno de um trabalhador cada vez mais "qualificado" têm levado os jovens pobres em busca de mais escolarização. Buscam a via do acesso possível, no caso as escolas públicas de ensino médio,

Sendo assim, ainda que possuidores de um diploma, estarão suficientemente educados para o enfrentamento e superação das suas condições? Podem concorrer para as poucas vagas que têm no mercado de trabalho?

De fato, a noção de qualificação provocou desdobramentos imprevistos no que se refere à educação. Antes restritos a circuitos hierarquizados, os títulos por si só traziam valorizações e diferenciações. Atualmente, não há diferenciações claras no mercado, conforme Bourdieu (1983, p. 115):

> A escola [...] é também uma instituição que concede títulos, isto é, direitos, e, ao mesmo tempo, confere aspirações. O antigo sistema escolar era menos nebuloso que o sistema atual, com seus complexos desdobramentos que fazem as pessoas terem aspirações incompatíveis com suas chances reais.

Outra questão importante a ser colocada no que se refere à trajetória educacional dos jovens pobres brasileiros se refere ao fato de que eles encontram-se distantes das novas tecnologias informacionais tornando-se analfabetos digitais. Esse fato aumenta em proporções imprevistas o fosso das desigualdades, tornando ainda mais complexas as suas possibilidades de inserção digna no mundo do trabalho.

Dos jovens entrevistados, 15 (quinze) relatam ter concluído o ensino médio, um estava concluindo e uma tinha apenas o ensino fundamental. Todos estudaram em Escola Pública.

Outro aspecto de similaridade refere-se ao fato de que concluíram o ensino médio com idades superiores a 18 (dezoito) anos, atrasados portanto[52]. Os motivos que os levaram a concluir fora do tempo instituído, não foi objeto das minhas investigações durante as entrevistas. Obtive, entretanto, alguns depoimentos que embora isolados são reveladores.

[52]O término do ensino médio deve ocorrer aos 17 anos.

Destaco um deles que é de um rapaz de 22 anos que concluiu o ensino médio com 21, conforme o depoimento: "*Eu me afastei do colégio por uns tempos, porque tinha uns negócios, uns serviços, uns bicos, que eu estava fazendo aqui no conjunto, aí o horário não estava batendo legal, aí eu dei um tempozinho, aí foi quando surgiu o primeiro emprego*". (Mateus, 22 anos).

Este depoimento nos revela que o seu tempo é dedicado aos "bicos", em detrimento da escola. Ocorre assim uma inversão perversa, visto que em um mercado que exige cada vez mais qualificação, os jovens permanecem pouco tempo na escola, fazem escola de péssima qualidade e concluem atrasados, o que os condena cada vez mais à subalternidade, à precariedade, e à exclusão.

No caso da jovem que tinha apenas ensino fundamental, ao ser questionada sobre continuar estudando, ela me diz sem convicção que pretende estudar após comprar a sua casa. O estudo é deixado para depois, a sombra de necessidades mais emergenciais.

> **Pesquisadora: Tu não pretendes voltar a estudar?**
> Maria: *Pretendo, mas... nesse outro ano talvez eu continue. Porque, assim, eu ainda não tenho minha casa, eu pretendo ter minha casa, ainda não consegui. Primeiro eu fiz a da minha mãe, agora a minha aí... Eu to trabalhando em cima disso, pra ter algum objetivo, pelo menos a casa... e continuar estudando*. (Maria, 25 anos).

O jovem que estava concluindo o ensino médio tem 22 anos, trabalha por todo o dia como servente e estuda em uma escola pública situada na frente de sua casa à noite. Chega todos os dias atrasado na escola, e me disse que "corre atrás do professor" para que ele repasse para ele uma atividade referente a aula que ele "não tinha como assistir". Julga que assim estará "em dia" com a sua atividade escolar, que já perdeu há muito para esse jovem a função educadora e preparatória. Cumpre, aparentemente, uma etapa da sua vida para ter um diploma. Além do

atraso escolar, tem um tipo de educação escolar precária que o limitará para as suas aspirações, ainda que continue sonhando, conforme veremos mais adiante.

Quando questionados se continuavam estudando depois do término do ensino médio, tive respostas tão variadas quanto variadas são as histórias e condições pessoais de cada indivíduo.

Dos que me disseram que não continuavam a estudar, as razões estavam sempre atreladas à falta de dinheiro, à falta de tempo ou ao cansaço das jornadas de trabalho.

Em relação à falta de dinheiro, os que estavam desempregados me disseram que desejavam ter um emprego para voltar a estudar: "*Eu tô louco é para fazer uns cursos aí, primeiro ir a atrás de um emprego pra mim, para pelo menos fazer uns cursos à noite, a maioria dos cursos agora é tudo pago*". (Mateus, 22 anos).

Entretanto, os que estavam empregados não podiam estudar porque em geral, os baixos salários que recebem e que muitas vezes ainda tem que dividir com outras pessoas na família os impede de "fazer" um outro curso. Conforme pode ser visto no depoimento abaixo:

> **Pesquisadora: E tu continuas a estudar?**
> *Ainda não, porque eu tenho projetos de fazer curso, mas como? Não dá. Porque tenho minha casa, minha mãe pra sustentar, sou eu que ajudo ela e meu filho lá, ela não trabalha mais,meu pai quase não trabalha mais é uma vez na vida e outra na morte, aí eu tenho que ajudar e meu dinheirinho nunca dá porque eu tenho que comprar alguma coisa. Esse mês eu tô até preocupada, porque eu que faço a mercearia todo mês*. (Sarah, 23 anos).

Situação esta que também pode ser atestada por outro depoimento:

> *Vou voltar... pretendo voltar a estudar ainda... negócio que o tempo é corrido, aí tem que ajudar, o meu irmão teve que...agora está desempregado, todo mundo está desempregado daqui de casa, papai foi embora daqui [...] é que...não tem como ...porque lá...só se eu fizesse ...a noite...uma faculdade, só que fica muito pesado pra mim...muito pesado, não os estudos, muito pesado a grana.* (Samuel, 22 anos).

Além da falta de dinheiro, o caráter cansativo da atividade laboral e a falta de tempo causada pelas jornadas de trabalho intensas, também tira deles o tempo da escola. Conforme destacado no depoimento a seguir:

> *Não to estudando [...] prá falar verdade é o serviço, que é muito cansativo.[...] é, por isso que eu faço concurso, pra eu poder estudar, porque eu acho que se eu arrumar um serviço menos... por que esse é muito cansativo, passa o dia todo em pé, é tão cansativo passar o dia todo em pé, então outro serviço vai melhorar pr'eu estudar, talvez até pagar uma universidade*. (João, 24 anos).

Alguns relatam ter continuado estudando após a conclusão do ensino médio, fazem cursos rápidos, em geral ministrados pelo SENAC[53]. Segundo um deles, ele estava "graduando o currículo" ou uma delas que estava se "qualificando, sempre visando conseguir um emprego". Os cursos que eles relatam terem feito são: auxiliar de escritório, auxiliar administrativo, serviço de supermercado, atendimento ao público, técnicas de vendas, recepcionista, telefonista, operadora de caixa, tele marketing.

Alguns poucos, dizem ter feito cursos de computação. "*Com muito suor, a gente faz*", ressalta um deles. Apesar de alguns deles terem tido algum contato com a informática, dizem ter esquecido por não praticar, já que não dispõem de um equipamento em casa ou no trabalho. Com exceção de um deles que me disse ter comprado um computador com o salário recebido nos três meses de estágio no Programa Primeiro Emprego, que o ajudou depois a ter algum tipo de renda, visto que fazia trabalhos de digitação para particulares. No caso deste rapaz, ele me contou que aprendeu a utilizar computador em casa de amigos, quando ele se oferecia para digitar trabalhos de escola.

Em que pesem as condições em que foram inseridos e as poucas possibilidades de acesso a educação no presente, isto não os impede de sonhar.

[53] Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Quando questionados sobre suas aspirações e sobre o que desejam para si mesmo no futuro, dizem, em geral, que pretendem estudar.

Aceitam o presente, com as suas (im)possibilidades educacionais, e o fato de não gostarem da atividade que exercem na maioria dos casos, e projetam para o futuro o desejo de mudar de condição. No dizer de um deles "*eu não quero aquilo ali para mim, pra sempre*".

Eles buscam "estudar e crescer", e nisto resumem as expectativas que têm diante da vida. Julgam poder através do aumento dos anos de estudo ir "subindo mais um degrau" na vida.

Ao projetarem para o futuro o seu desejo de voltar a estudar, pensam, na maioria dos casos, em cursar uma faculdade, mas, na prática, não têm um plano real para isso. Não estão certos do que irão cursar, "*depende das facilidades também, porque às vezes a gente vai para um lado nem tanto pela vontade ou pela paixão, mas pelas facilidades*." (Marta, 31 anos).

Em alguns casos, pareceram surpresos ao serem questionados sobre o que esperavam do futuro, e ao responderem por esta ou aquela faculdade, não escolheram por afinidade de atividade com aquela que seria supostamente a futura profissão, mas porque era aquela que estava aparentemente mais condizente com as suas (poucas) condições financeiras, porque sempre consideram a possibilidade de fazer faculdade privada.

Sobre o desejo de fazer faculdade privada, alegam que as universidades públicas atrasam por causa das eventuais greves. Conforme é atestado no depoimento abaixo:

> *Eu penso assim o seguinte, no caso da UEMA que passou quase cinco meses de greve, alias um caso assim real, a minha namorada e o meu cunhado, ele passou na UEMA em 2001 ela também no CEUMA, ela já se formou e ele não sabe nem quando vai se formar, e ela já vai fazer pós-graduação, já ta fazendo e com esses seis meses, ele se atrasou muito e na*

> *particular a gente tem mais vantagem, não sei eu penso assim, não tô dizendo que ninguém estude em escola publica não tenha vontade, mas eu acho assim que tem mais vontade de estudar porque tá pagando tá saindo do bolso e também porque forma mais rápido não para, não tem greve*. (Moisés, 21 anos).

Não revelam saber que dificilmente terão acesso a estas pela exclusão feita nos exames vestibulares em virtude da qualidade do ensino ao qual tiveram acesso.

De fato, têm poucas possibilidades de fazerem uma faculdade, visto que mesmo as privadas mais baratas, ainda se constituem muito caras para que eles possam ter acesso. Se constituindo, na prática, apenas como um desejo.

A educação continuada mesmo nestas modalidades de cursos rápidos constitui-se em exceções para a maioria dos jovens entrevistados. O treinamento oferecido pelo Programa Primeiro Emprego se constituiu para eles como a primeira experiência nesta modalidade de ensino.

Cabe registrar, antes de verificar o que foi dito por eles relativo a esta experiência, o que postula o Programa acerca do treinamento. Assim:

> O treinamento dos candidatos selecionados é realizado através de um curso preparatório com carga horária de 40 horas que aborda aspectos gerais do mercado de trabalho despertando para o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão, no sentido de elevar a consciência crítica do cidadão produtivo. (MARANHÃO, 2003).

Esta proposição acerca do treinamento se refere a um documento de 2003, daí apresentar a carga horária de 40 horas, visto que inicialmente a carga horária prevista para o treinamento do Programa era de 20 horas.

O tema relativo ao treinamento do Programa fazia parte do meu escopo de perguntas norteadoras. Assim, mesmo quando eles não falavam espontaneamente sobre o assunto, eu perguntava.

O meu primeiro estranhamento sobre as respostas recebidas se refere a dificuldade dos entrevistados em lembrar detalhes importantes acerca do

treinamento, tais como local de realização, tempo de duração, mesmo para os que haviam participado do Programa nos anos mais recentes como 2002 e 2003.

Do que foi possível apreender, não houve uma única resposta para a duração dos treinamentos. Mesmo para aqueles que realizaram a etapa no mesmo ano, as respostas variaram em termos de 2 (dois) ou 3 (três) dias com 3 (três) a 4 (quatro) horas de treinamento por dia, para os que participaram do treinamento até 2002. Para os que participaram em 2003, as respostas variaram de 1 (uma) a 4 (quatro) semanas com 3 (três) a 4 (quatro) horas de treinamento por dia. Em que pesem as imprecisões em termos da duração do treinamento, ao analisar o depoimento dos ex-participantes do ano de 2003, foi possível perceber as adequações implementadas pela equipe do SINE no que se refere ao aumento na carga horária do treinamento, conforme relatado acima.

Entretanto, em termos do conteúdo do treinamento, o mesmo era feito para todos os participantes independente da função que ele iria exercer na empresa. Conforme pode ser visto nos depoimentos seguintes:

> *Eu fiz um curso de comércio, aí me botaram justamente na rede hospitalar. [...] Básico de nivelamento, treinamento na área de comércio. Eu até pensei que eu ia trabalhar numa área de comércio. Quando eu fui saber, que mandaram a carta pra mim, era na área hospitalar. Quase não tinha nada a ver. Como eu tinha um curso de vigilante, acho que fizeram quase uma base, aí me chamaram*. (Pedro, 27 anos).

> *Só como proceder na empresa, como chegar, como trabalhar, assim em geral, não como as funções que eles iam exercer na empresa. Eles davam em geral*. (Miriã, 24 anos).

Diante destes depoimentos, fica evidente o caráter generalista do conteúdo do treinamento, ou seja, não houve um treinamento direcionado por função, que os preparasse de fato para um ofício. Na verdade, segundo o depoimento de um dos entrevistados, participante do Programa em 2003 "*eles mandam assim para qualquer coisa, não é pelo curso não*." (Samuel, 22 anos).

Entretanto, é possível perceber o esforço da equipe do SINE no sentido de prover algumas modificações no escopo do Programa, ainda que esteja evidenciado apenas no aumento da carga horária.

Um outro entrevistado de 2003 me disse que havia feito treinamentos de técnicas de venda, informática e relações humanas e foi direcionado para um estágio como servente. Também merece destaque o depoimento de uma auxiliar de enfermagem que se “surpreende” com a notícia que seria encaminhada para a área hospitalar.

> *A gente fez um treinamento lá no Sesc que foi para promotora de vendas, até então eu não sabia que eles chamavam para a área de enfermagem que é o curso que eu tinha, o técnico. Então, eu fiz o curso lá no Sesc mas, todo tempo pensando que ia ser para o setor de vendas, de lojas. Quando eu fui ao Sine para apresentar a documentação, eles me disseram “não, tu vais realmente para a tua área.’ [...] Eu até me surpreendi ‘mas como, se eu fiz o curso para promotora de vendas, essas coisas’ Ela disse, ‘não, é um curso que envolve vários assuntos e no caso vai servir para esta área também’. [...] esse curso que eles deram lá, é mais ou menos, era como agente lidar com o público, esse tipo de coisa assim, que dão certificado e tudo, eu que nunca fui pegar o meu, mas dão certificado e tudo*. (Marta, 31 anos).

Posso assim inferir que os treinamentos oferecidos pelo Programa não foram capazes de prover algum tipo de capacitação para a vida produtiva, ou de cumprir com o objetivo proposto de qualificar e requalificar os jovens participantes no sentido de continuarem atuando no mercado de trabalho.

Amparado no paradigma da qualificação e requalificação, que marcou a reforma do ensino médio e profissional no Brasil a partir de meados da década de 1990, o Programa Primeiro Emprego buscou uma qualificação de curta duração e de baixo custo, que pela “lógica seletiva” (LIMA, 2004), assumida por esta reforma, está destinada a esta população.

5 CONCLUSÃO

Não se pode negar a importância do Programa Primeiro Emprego como uma proposta de inserção social de jovens pobres em um mercado de trabalho excludente, seletivo, e restrito como se configura o mercado de trabalho maranhense. Entretanto, houve limites, que impactaram fortemente nos resultados objetivamente observados na vida dos ex-participantes. Conforme será apresentado a seguir.

A primeira afirmação a ser feita a título de conclusão desta dissertação, se refere aos beneficiários deste Programa.

O primeiro beneficiário deste Programa se configura na imagem da atual Senadora Roseana Sarney. Foi eleita no primeiro turno para o segundo mandato de governadora, foi eleita senadora e nesta condição atuou como relatora do projeto para implantação do Programa Nacional Primeiro Emprego[54], que embora conserve mudanças estruturais importantes, permanece no imaginário popular como sendo o mesmo, visto que guarda o mesmo nome.

Alguns depoimentos atestam esta afirmação. Um dos entrevistados ao me relatar as condições de jornadas exaustivas e extensas me disse o que segue:

> *[…] às vezes ainda tem que trabalhar nos feriados, é chato, então, são essas coisas assim que...é o lado ruim do Programa, o Programa foi bom, até hoje, muita gente fala assim..da questão da governadora, mas eu não tenho nada a falar, porque eu não acho...porque a idéia dela com certeza, foi pra melhorar, agora ela não pode chegar e dizer pra todo mundo é desse jeito, mas o próprio ser humano tem que ver,chegar e dizer 'me deram uma*

[54] O Programa Nacional Primeiro Emprego (PNPE), tem como público-alvo jovens de 16 a 24 anos, sem experiência prévia no mercado de trabalho formal, que possuem renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo e que estejam cursando ou tenham completado o ensino fundamental ou médio. Declara como objetivo principal: contribuir para a geração de oportunidades de trabalho para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma Política Nacional de Trabalho para a Juventude. A captação de vagas é feita através de duas linhas de ação a primeira chama-se subvenção econômica, quando o Governo Federal concede incentivo financeiro de R$ 1.500 por ano a cada vaga oferecida por empresas a jovens que formam o público do Primeiro Emprego. O pagamento é feito por meio de transferências bimestrais, em seis parcelas de R$ 250. E a outra forma é através do que eles chamam de responsabilidade social. (Fonte: www.mte.gov.br.)

> *oportunidade, eu vou mudar', quero ir pra frente, quero ser alguém.* (Lucas, 22).

E ainda um outro que me diz que:

> *Então pra mim foi bom, foi bom porque é mais uma oportunidade, isso aí foi gerada pelo governo, justamente nessa época quem estava era a Roseana, Roseana que gerou esse primeiro emprego, esse projeto do primeiro emprego, então o que eu achei que ela fez, foi muito bom, porque é uma oportunidade que ela está dando para os jovens se empregar no mercado de trabalho*. (Paulo, 23 anos).

Em outra entrevista o jovem ao ser perguntado sobre se ele teria alguma sugestão de melhoria, me disse que deveria voltar a ter e me pergunta "*era de Roseana, não era esse Programa?*" (Samuel, 22 anos).

Também relato que esta imagem consagrada perpassa muitas vezes os que não foram atingidos pelo Programa, visto que durante um dos contatos que fiz para uma entrevista, um amigo do jovem entrevistado, me disse de forma categórica que 40% das pessoas que estavam empregadas no Maranhão até aquele momento eram oriundos deste Programa.

Um segundo beneficiário deste Programa foram as empresas participantes. Da forma que o Programa foi concebido, às empresas cabiam oferecer o campo de estágio, o vale-transporte e se possível absorver os estagiários. Na prática, as empresas contavam com empregados, quase sem custo, durante três meses. E algumas vezes, sem nenhum custo, visto que em alguns casos optavam por jovens moradores das redondezas onde estava instalada, dispensando assim a concessão do vale-transporte que constava como uma das suas obrigações. Muitas dessas empresas, por serem na sua maioria micro empresas, não tinham condição e/ou intenção de contratar posteriormente, além de terem poucas possibilidades de viabilizar um saber laboral capaz de garantir a permanência no mercado de trabalho. Ocorre assim, uma inversão perversa na lógica das políticas sociais, uma vez que o beneficiário passa a ser as empresas participantes e não o público dito alvo.

Por fim, o terceiro, e nesta minha análise, último beneficiário do Programa, foram os jovens participantes, que seriam ou que pelo menos deveriam ser os reais e primeiros beneficiários. Retomo aqui a questão central do meu objeto de estudo, qual seja, os significados sociais deste programa na vida dos seus participantes a partir de uma dimensão subjetiva e de uma dimensão objetiva desta experiência.

Desta forma, sob o aspecto subjetivo destaco a importância deste Programa na vida destes jovens, em virtude de ter viabilizado a eles a tão sonhada "experiência" de trabalho, ou no dizer de muitos deles "a oportunidade de trabalhar". Em geral, consideram esta experiência como "boa" ou "muito boa", e são motivados por dois aspectos: o primeiro refere-se a natureza de suas ocupações anteriores, notadamente subalternizadas e precarizadas. O segundo aspecto está atrelado a identidade social que lhes foi conferida, a medida que assumem este papel de trabalhador. Para eles, o fato de ter estado, ainda que momentaneamente, empregados, lhes dá uma nova existência social, e o fato de ter experiência de trabalho consiste em um atributo de distinção perante os que não tem.

Assim, ainda que os aspectos objetivos, conforme será visto a seguir, indiquem o contrário, no que se refere aos benefícios do Programa para o seu dito público alvo, a importância dos aspectos subjetivos, conforme narrados por eles, me autoriza a afirmar que para os jovens entrevistados este programa trouxe benefícios intangíveis.

No que se refere aos aspectos objetivos deste Programa, centro a minha análise nas condições de trabalho e possibilidades de inserção, e ainda acerca do treinamento oferecido.

Acerca das condições de trabalho oferecidas e a conseqüente possibilidade de inserção destes jovens, destaco que o fato de ter grande número de micro empresas participantes, impactou fortemente nos resultados observados, tendo em vista a incapacidade destas de prover algum saber laboral capaz de garantir-lhes a permanência no mercado de trabalho, além das poucas chances em termos de contratação.

Outro aspecto referente às condições de trabalho que merece ser destacado nesta conclusão, está ligado à natureza das posições ocupacionais oferecidas, estas possuíam características de subalternidade. Destaco, neste tocante, especialmente o fato de possuírem atribuições adicionais na atividade executada como o fato de ter que fazer a limpeza do estabelecimento onde trabalhavam e ainda o fato de serem submetidos a jornadas de trabalho exaustivas e algumas vezes extensas.

Assim, as posições ocupacionais oferecidas e o tamanho das empresas, não os preparava para obter novas posições no futuro, ou seja, este Programa não consegue romper, ao contrário, reforça os lugares sociais que estão destinados para esta população.

Quanto ao treinamento oferecido pelo Programa e que consiste em outro aspecto objetivo a ser destacado, este não cumpriu com a sua proposta de qualificação/requalificação para atuarem no mercado de trabalho, tendo em vista o seu caráter generalista e de curta duração, ou seja, não houve uma capacitação para o desempenho de uma função.

Por fim, tratou-se de um Programa que evidencia um aspecto recorrente nas políticas públicas no Brasil, no sentido de estar desatrelado de outras políticas, tais como a política educacional e a política econômica

Na realidade eles são preparados para a subalternidade, visto que é tentado uma inserção sem conexões com um alicerce que sustente a permanência na escola, na realidade se estão trabalhando não podem estudar e se estão desempregados não têm dinheiro para pagar um curso, já que ao pensar em continuar estudando preferem pensar na (im)possibilidade de uma faculdade privada.

De fato, além das razões acima expostas o “sucesso” deste Programa estava traçado à medida que questões estruturais se sobrepõem a qualquer esforço de intervenção estatal na linha das políticas públicas, uma vez que se instalou no Brasil uma política macro-econômica restritiva que mudou o foco do pleno emprego pela estabilidade monetária.

Estes problemas estruturais são expressos na falta de vagas no mercado maranhense, reflexo não só da configuração do mercado de trabalho regional como pelo agravamento deste com a mundialização do capital, da qual sente os seus efeitos ainda que de forma subordinada, como, ademais, tem sido toda a sua história de inserção no circuito econômico do Brasil e do mundo.

O Programa Primeiro Emprego se ampara no paradigma da qualificação e da experiência para justificar a sua existência. Trata-se, entretanto, de uma falácia, tendo em vista que, mesmo qualificados e experientes não haverá vagas para todos.

Como integrar os “inintegráveis”, no dizer de Castel (1998)? Esta é a pergunta que não cala.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

ARRETCHE, Marta.T.S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1998.

ARRIGHI, Giovanne. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de. (org). **Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

BARBOSA, A.F.; MORETTO, A. **Políticas de emprego e proteção social**. São Paulo: ABET, 1998. v. 1.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, Alba Maria. P. de Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.6, n.1, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1988.

COHN, Gabriel.(Org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1997. p.7-33.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Região Nordeste. set. 2001 **Análise de conjuntura do Estado do Maranhão**. Disponível em: <http://www.maranhadosul.host.sk/cnbb1.htm>. Acesso em: 29 abr. 2003.

CORTES, Soraia.M.Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: NEVES, C.E.B; CORRÊA, M.B. **Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas**. Caderno de Sociologia 9. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS,1998.

DA MATA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter *anthropological blues*. In: NUNES, E.O. (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin.W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social:** uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Presença, 1990.

GONÇALVES, Maria de Fátima C. Abalando os alicerces da "casa do rei": por uma proposta metodológica. **Série Políticas Públicas em Debate**, São Luís, v. 3, n. 2, 2003.

_____. Sentido e valor da sociologia compreensiva de Max Weber. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.8, n.1,2004.

GUIMARÃES, Ivan G. R. Políticas públicas e emprego: tendências internacionais e experiências brasileiras. In: OLIVEIRA, C. et al. **Economia e trabalho**: textos básicos. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos**: características, diferenciais e desafios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br.>. Acesso em: 26 nov. 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin.W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 1997.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Valéria Almada. Estado e reestruturação capitalista: o novo perfil das políticas públicas para o trabalho. **Série Políticas Públicas em Debate**, São Luís, v. 1, n. 2, 2001.

_____. **Qualificação e emprego no Brasil**: uma avaliação dos resultados do PLAFOR. 2004. 189 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

MARANHÃO. Governo do Estado. Gerência de Desenvolvimento Social. Serviço Nacional de Emprego. **O Programa Primeiro Emprego**. São Luís, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes**. In: OLIVEIRA, M. A. (org). Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

_____. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio.; AMORIM, Ricardo. (Orgs). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMPE, Carlos. Desemprego e informalidade – Prefeitura de São Paulo divulga estudo sobre o jovem brasileiro. **A Classe operária**, São Paulo, nov. 2003. Disponível em: <www.vermelho.org.br >. Acesso em: 14 jul. 2004.

ROLLI, Cláudia; FERNANDES, Fátima. Crescem os empregos com salários baixos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 ago. 2004.

SAMPAIO JR., Plínio de A. **Entre a nação e a barbárie:** os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O jovem na família: O outro necessário. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Maranhão. Versão executiva, 2003.

SILVA, Cristiane A. F. da. **Trabalho e quimeras:** o dilema vivido pelo jovem operário. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e . et al. Avaliação de uma política pública para o trabalho no Maranhão. **Série Políticas Públicas em Debate**, São Luís, v. 1, n. 1, 2001.

SOUSA, Maria do Socorro A. **Projeto de Pesquisa elaborado para tese de doutorado**, no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFMA, São Luís, jan. 2005.

_____. **A pobreza como representação:** o que faz um agente social ser considerado pobre no Programa Comunidade Solidária. 2000. 186 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Relatório de avaliação externa da Gerência de Desenvolvimento Social – GDS, no campo da Política de Trabalho**. São Luís, 2003.

_____. **Relatório Final de Avaliação do Programa Primeiro Emprego**. São Luís, 1998.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Ferreira, Vera Jeani Martins

O Programa Primeiro Emprego: o olhar de quem viveu. / Vera Jeani Martins Ferreira. __São Luís, 2005.

101 f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2005.

1. Emprego – Política social – Maranhão 2. Significados sociais 3. Trabalho 4. Juventude I. Título

CDU 304:331.5.024.5 (812.21)